

**ALGUNS FATORES ASSOCIADOS À RÁPIDA URBANIZAÇÃO  
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**MARIA DULCE ROMERO DE MATTOS**

Orientadora: Maria Ignez Guerra Molina

Tese apresentada à Escola Superior de  
Agricultura "Luiz de Queiroz" da Uni-  
versidade de São Paulo, para obtenção  
do título de "Magister Scientiae".

**PIRACICABA**

Estado de São Paulo

1972

às pessoas anônimas que se dirigem  
às cidades em busca do desconhecido;

aos que permanecem no campo, propor-  
cionando através da sua labuta diária  
o alimento para a sociedade paulista;

dedico este trabalho

## AGRADECIMENTOS

À Dra. Maria Ignez Guerra Molina, pela orientação segura, dedicação e incentivo na realização deste trabalho.

À Dra. Maria de Lourdes T. Buccinelli Wiendl, pela eficiente e oportuna contribuição de natureza metodológica.

Ao sociólogo Sipko de Boer, pela orientação, estímulo e sugestões nos estudos preliminares sobre o tema em foco.

À Gisela Algadoal Guedes Pereira, pelo estímulo e comentários a este estudo.

À Thereza Watanabe, pelo excelente trabalho de datilografia.

À Secretaria da Promoção Social do Estado de São Paulo, pela oportunidade que me foi oferecida para realizar o Curso de Política Social, onde surgiu a motivação para esta pesquisa.

À Fundação Ford que, através de Convênio com o Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", financiou esta pesquisa.

## Í N D I C E

|   | Pág. |
|---|------|
| CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO .....   | 1    |
| 1. O Problema .....   | 2    |
| 2. O Crescimento da População Urbana e Rural no Estado de São Paulo .....   | 4    |
| 3. Objetivos .....  | 8    |
| 4. Uso do Estudo .....  | 9    |
| 5. Limitações do Estudo .....   | 9    |
| <br>  |      |
| CAPÍTULO II - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....                                   | 11   |
| 1. Fundamentos Teóricos .....   | 12   |
| 2. Alguns Comentários Críticos Baseados na Literatura .....                 | 20   |
| <br>  |      |
| CAPÍTULO III - METODOLOGIA .....  | 23   |
| 1. Hipóteses .....  | 24   |
| 2. Dados .....  | 25   |
| 3. Conceitos .....  | 25   |
| 4. Técnicas .....   | 29   |
| <br>  |      |
| CAPÍTULO IV - ANÁLISE DAS ÁREAS RURAL E URBANA NO ESTADO DE SÃO PAULO ..... | 30   |
| 1. Análise da Área Rural .....  | 31   |
| 2. Análise da Área Urbana .....   | 39   |
| 3. Análise Comparativa entre as Áreas Rural e Urbana .....                  | 49   |
| <br>  |      |
| CAPÍTULO V - RESUMO E CONCLUSÕES .....                                      | 65   |
| <br>  |      |
| SUMMARY AND CONCLUSIONS .....   | 69   |
| <br>  |      |
| BIBLIOGRAFIA .....  | 73   |
| <br>  |      |
| APÊNDICES .....   | 84   |

LISTA DOS QUADROS

| Quadro |  | Pág. |
|--------|--|------|
| 1      | Crescimento da População no Estado de São Paulo  | 4    |
| 2      | Participação Percentual da Grande São Paulo no Valor do Produto Industrial do Estado, 1959 ...                 | 7    |
| 3      | Utilização da Área Paulista nos Anos de 1950, 1960 e 1968 .....  | 32   |
| 4      | Distribuição da População Rural entre as Categorias Apresentadas pelos Censos de 1950 e 1970 .                 | 35   |
| 5      | População Economicamente Ativa nos Setores Primário, Secundário e Terciário, nos Períodos de 1950 e 1970 ..... | 40   |
| 6      | Distribuição da População Urbana entre as Categorias Apresentadas pelos Censos de 1950 e 1970                  | 42   |
| 7      | Pessoas que Possuem Curso Completo nos Anos de 1950 e 1970 .....   | 45   |
| 8      | Distribuição da População do Estado, Segundo sua Participação na Força de Trabalho em 1970 .                   | 50   |
| 9      | Distribuição da População Economicamente Ativa no Estado de São Paulo por Setor de Atividade em 1970 .....     | 50   |

| Quadro |   | Pág. |
|--------|---|------|
| 10     | Posição na Ocupação da População Economicamente Ativa no Estado de São Paulo em 1970 .....    | 52   |
| 11     | Rendimento Médio Mensal da População Economicamente Ativa no Estado de São Paulo em 1970 .... | 54   |
| 12     | Grau de Escolaridade da População Economicamente Ativa no Estado de São Paulo em 1970 .....   | 56   |
| 13     | Casas Particulares nas Áreas Rural e Urbana do Estado de São Paulo em 1970 .....              | 59   |
| 14     | Abastecimento de Água nas Habitações Rurais e Urbanas em 1970 .....                           | 60   |
| 15     | Rede de Esgoto nas Habitações Rurais e Urbanas em 1970 .....                                  | 61   |
| 16     | Distribuição da População Rural e Urbana, nas 11 Regiões Administrativas em 1960 e 1970 ..... | 85   |
| 17     | Posição na Ocupação .....   | 90   |
| 18     | Rendimento Médio Mensal .....   | 91   |
| 19     | Escolaridade .....  | 92   |
| 20     | Casas Particulares .....  | 93   |
| 21     | Abastecimento de Água .....   | 94   |
| 22     | Rede de Esgoto .....  | 95   |

C A P Í T U L O I  
I N T R O D U Ç Ã O

## 1. O Problema

A redistribuição e a concentração da população parece ser nos dias atuais um problema universal. Conforme afirma Jansen (1963: 15) o deslocamento da população rural para as áreas urbanas ou industriais tem colaborado para a disponibilidade da força de trabalho necessária ao desenvolvimento econômico. Entretanto, torna-se também inegável, conforme mostra Briones (1963:15) que com o volume de tal movimento, problemas sociais têm-se evidenciado e aumentado em complexidade. As áreas urbanas <sup>1/</sup> não têm sido capazes de absorver este contingente de mão-de-obra; o aumento de capacidades ocupacionais na indústria e nos demais setores de atividades urbanas parece ser inferior ao êxodo da população rural. Este desequilíbrio tem se manifestado em inúmeras situações, com a concentração de parte deste contingente em atividades terciárias, principalmente em comércio e serviços (onde a produtividade é menor), ou ainda através de desemprego e sub-emprego. Solari (1968: 37) afirma que "as cidades tendem assim a encher-se de mão-de-obra de muito baixa qualificação que é muito difícil de ser absorvida nas atividades urbanas".

A literatura referente à urbanização <sup>2/</sup> salienta que tal processo acha-se intimamente ligado ao da migração. Bogue (1965: 1)

---

<sup>1/</sup> Por áreas urbanas tomar-se-á o mesmo conceito considerado pelo IBGE: as áreas correspondentes às cidades e vilas.

<sup>2/</sup> "Urbanização se refere ao aumento da proporção da população total concentrada nas áreas urbanas, isto é, ela se refere à proporção de crescimento das populações urbanas que superam a proporção de crescimento da população rural." (Davis: 4-5 em Molina Filho, 1969: 16).



evidencia o problema do crescimento de algumas áreas com esvaziamento de outras. Jansen (1966: 8) ao referir-se a estudos sobre a América Latina constata o mesmo problema, afirmando que a maioria dos movimentos são da área rural para urbana.

Inegavelmente, o processo de urbanização está relacionado à industrialização.<sup>3/</sup> Entretanto, conforme afirma Solari (1968: 44) não se pode dizer que a urbanização da América Latina seja uma consequência da industrialização; não se nega porém, que a industrialização tenha exercido uma grande influência no aumento da urbanização, acarretando como consequência uma maior concentração nas grandes cidades existentes nos países latino-americanos por causas independentes da revolução industrial interna.

Verifica-se assim que o problema apresenta maior complexidade. Afirmou-se que o setor industrial, em inúmeros casos, não tem criado capacidades ocupacionais na mesma proporção que o contingente de população que se dirige para as áreas urbanas, decorrendo daí problemas econômico-sociais. Se este fato se evidencia, o fenômeno da migração não pode ser explicado apenas pela urbanização ligada à industrialização; há outros fatores que, interagindo entre si e com o próprio processo de industrialização, atuam em maior ou menor grau, determinando ou avolumando o fenômeno.

---

<sup>3/</sup> Por industrialização entender-se-á o "processo complexo que abrange, principalmente, a difusão da maquinofatura, produção em grande escala baseada na racionalização e divisão técnica do trabalho, formação de um proletariado urbano e intensificação dos antagonismos entre classes sociais." (Dicionário Globo, 1969: 180).

2. O Crescimento da População Urbana e Rural no Estado de São Paulo

O Estado de São Paulo apresenta um alto grau de urbanização. Os dados censitários dos últimos vinte anos vêm de encontro a esta afirmativa.

Quadro 1 - Crescimento da População do Estado de São Paulo.

| Ano  | Urbana     |       | Rural     |       | Total      |        |
|------|------------|-------|-----------|-------|------------|--------|
|      | Nº         | %     | Nº        | %     | Nº         | %      |
| 1950 | 4.804.211  | 52,59 | 4.330.212 | 47,41 | 9.134.423  | 100,00 |
| 1960 | 8.149.979  | 62,81 | 4.824.720 | 37,29 | 12.974.699 | 100,00 |
| 1970 | 14.279.628 | 80,31 | 3.500.881 | 19,69 | 17.780.509 | 100,00 |

Fontes: Censo Demográfico, Estado de São Paulo - 1950; Sinópsse Preliminar do Censo Demográfico - 1962; Tabulações Avançadas do Censo Demográfico - 1970.

Os dados referentes ao crescimento da população do Estado de São Paulo, conforme se vê no Quadro 1 revelam que entre os períodos de 1950 e 1960 a população sofreu um acréscimo tanto em números relativos como absolutos; o mesmo não se deu com a população rural. Embora esta tenha sofrido um pequeno acréscimo em números absolutos, seu total diminuiu. Assim, enquanto a população urbana teve um aumento de 3.345.768 habitantes na década (69,64%), o da população rural foi apenas de 494.508 (11,42%). A população total teve um incremento de 3.840.240 habitantes, ou seja, 42,04%.

Este fato vem ao encontro de uma das afirmativas de Briones (1963: 65), que analisando o processo de urbanização da América Latina coloca ser o crescimento da população urbana mais rápido que o da população total.

Os dados referentes aos períodos de 1960 e 1970, revelam que a população rural teve um sensível decréscimo tanto em termos relativos como absolutos. Enquanto a população urbana sofreu um acréscimo de 6.149.629 habitantes na década (75,46%), a população rural sofreu um decréscimo de 1.323.839 (27,44%). A população total teve um incremento de 4.805.810 habitantes na década, ou seja, 37,04%. Em relação a este problema, Solari (1968: 31) observa o seguinte: "a princípio a população rural tende a aumentar por simples crescimento vegetativo. À medida que o país se desenvolve, a população tende a baixar em números percentuais, mas só quando as sociedades subdesenvolvidas chegam a um grau relativamente alto de desenvolvimento é que tem lugar a diminuição em números absolutos."

Vê-se assim, que o Estado de São Paulo apresenta um alto grau de urbanização, uma vez que dispõe de 80,31% de sua população vivendo em áreas urbanas. Entretanto, considerando-se a população rural e urbana nas onze regiões administrativas do Estado <sup>4/</sup> verifica-se que não se pode falar em um crescimento populacional homogêneo para todo o Estado (ver Quadro 16, Apêndice 1), uma vez que o grau de urbanização varia de região para região. Comparando, por exemplo, duas regiões do Estado, quais sejam, a região da

---

<sup>4/</sup> A lei que decretou a Divisão Administrativa foi publicada em 1967, tendo em 1970 sofrido algumas modificações.

Grande São Paulo e a de Presidente Prudente, os dados revelam que, enquanto a primeira apresenta apenas 3,14% de sua população vivendo em áreas rurais, na segunda, esta percentagem se eleva para 49,3%.

Verifica-se porém, que é na região da Grande São Paulo que estão situadas a capital do Estado e o principal centro industrial do país. Pode ser também notado, conforme salienta a Secretaria da Economia e Planejamento (1970: 3), que somente esta região passou por todas as fases do processo de industrialização, ou seja, iniciou com as indústrias de complementação de importações até atingir a implantação da indústria dinâmica (aquelas que produzem bens de capital e bens de consumo duráveis) e a diversificação industrial. Em 1967, sua produção representou, em termos de valor, 68% da produção industrial do Estado.

Paul Singer (1968: 59) ao analisar o mesmo problema afirma que até 1940, a indústria desta região estava voltada para a produção de bens de consumo, excetuando a indústria mecânica. A partir desta data, "os ramos que produzem bens de consumo cedem lugar aos que produzem bens de produção."

Para elucidar esta afirmativa, o autor apresenta o seguinte quadro:

Quadro 2 - Participação Percentual da Grande São Paulo no Valor do Produto Industrial do Estado, 1959.

| Ramo                                      | %  |
|---|----|
| <b>Indústria</b>                          |    |
| Minerais não metálicos .....              | 65 |
| Metalúrgica .....                         | 89 |
| Mecânica .....                            | 73 |
| Material elétrico e de comunicações ..... | 94 |
| Material de transportes .....             | 95 |
| Madeira .....                             | 72 |
| Mobiliário .....                          | 80 |
| Papel e papelão .....                     | 71 |
| Borracha .....                            | 92 |
| Química .....                             | 57 |
| Produtos farmacêuticos .....              | 96 |
| Têxtil .....                              | 60 |
| Vestuário e calçados .....                | 83 |
| Produtos alimentares .....                | 40 |
| Editorial e gráfico .....                 | 92 |

Fonte: Censo Industrial de 1960 (extraído de Singer, 1968: 61).

Afirma ainda a Secretaria de Economia e Planejamento (1970: 3) que em todas as demais regiões, o processo de industrialização ainda que em expansão, segue normas de uma economia não desenvolvida. Nestas regiões pode se ver os tipos de produtos industriais que caracterizam a estrutura produtiva das diferentes regiões: produtos alimentares, têxtil ou minerais não metálicos.

Conseqüentemente, este processo é uma extensão das atividades agrícolas e seu produto é apenas um resultado do processo de beneficiamento.

Concluindo, pode-se afirmar que embora a população urbana tenha aumentado em todas as regiões e a população rural tenha decrescido, na medida em que as regiões se distanciam da região da Grande São Paulo, a percentagem de população que vive nas áreas rurais tende a elevar-se.

### 3. Objetivos

#### Objetivo Geral

O presente estudo tem como objetivo evidenciar fatores sócio-econômicos que possam estar ligados ao crescimento da população urbana do Estado de São Paulo.

Tendo em vista que este crescimento pode ser explicado pelo crescimento natural da população, pela imigração estrangeira, pela migração inter-estadual e, em particular, pelo fluxo migratório rural-urbano, este estudo pretende analisar fatores sócio-econômicos que possam explicar o fluxo migratório rural-urbano, através: (a) do desequilíbrio sócio-econômico entre as áreas rural e urbana; (b) da existência de fatores de repulsão na área rural e fatores de atração na área urbana.

#### Objetivo Específico

Verificar se o fluxo migratório rural-urbano é decorrente da presença de fatores sócio-econômicos existentes tanto na área urbana como rural. Para se atingir este objetivo serão considerados os seguintes aspectos: emprego, ocupação, moradia e renda.

#### 4. Uso do Estudo

Este estudo poderá ser útil no sentido de oferecer uma melhor compreensão do problema, proporcionando assim subsídios para técnicos e instituições voltadas a projetos referentes ao tema em evidência.

#### 5. Limitações do Estudo

Afirma-se que o crescimento das áreas urbanas do Estado de São Paulo está ligado a dois importantes fluxos: o primeiro é o movimento crescente de populações provenientes de áreas rurais e o segundo, de populações oriundas de outros estados do país.

Almeida e Teixeira Mendes (1951: 64) em pesquisa realizada na cidade de São Paulo, constataram que 48,92% das famílias que migraram para a capital paulista eram provenientes de áreas rurais.

Lambert (1967: 77) ao analisar o problema coloca que "em todo o Brasil os excedentes da população rural dirigem-se para as cidades, sendo este movimento especialmente acentuado no Sul".

Os resultados do Censo de 1970 mostram que o Estado de São Paulo apresentou 3.198.531 habitantes provenientes de outros estados do país.

É inegável portanto, que cada um destes fluxos ocupa o seu grau de importância e um estudo voltado ao enfoque de ambos, permitiria uma análise mais global das forças que contribuem para o crescimento das áreas urbanas do Estado. Entretanto, tal estudo pela sua complexidade, seria muito mais geral do que analítico, o que levou a autora a considerar na análise dos fatores que contribuem para a urbanização, apenas a migração rural-urbana dentro do Estado de São Paulo. Isto não invalida a importância do fluxo migratório inter-estadual; esta opção prende-se apenas à razões metodológicas.

Este estudo utiliza os dados censitários. Embora os mesmos apresentem suas limitações, a literatura demonstra que são largamente utilizados. A United Nations (1970: 3 e 4) evidencia o seguinte: "os dados dos Censos têm sido e ainda são a maior fonte de informação no que diz respeito à migração rural-urbana na maior parte dos países. Parece que os Censos permanecerão como a melhor fonte de tal informação, até o momento em que a maioria dos países se encontrem capazes de elaborar sistemas eficientes de registro de população".



C A P Í T U L O    I I

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

## 1. Fundamentos Teóricos

O processo de migração tem sido objeto de diferentes estudos sob diferentes abordagens. Embora as teorias preocupadas em explicar o fenômeno pareçam ser ainda em número reduzido, uma série de suposições e hipóteses tem sido formuladas com o objetivo de melhor explicar o fenômeno e suas consequências.

Durante os últimos trinta anos, pode-se evidenciar vários estudos onde conceitos, hipóteses, modelos, abordagens têm sido introduzidos. Esta afirmativa não significa que todos eles foram aceitos pelos estudiosos, mas, indubitavelmente, contribuíram para que novos ângulos do problema pudessem ser analisados.

Assim, este capítulo pretende conceituar e explicar o fenômeno em estudo, salientando conceitos, abordagens relevantes na literatura sobre migração.

### a) Conceitos

A bibliografia revista apresenta vários conceitos referentes à migração. Os componentes mais citados destes conceitos seriam: (a) um processo espacial que envolve uma área de origem e de destino; (b) uma forma de procurar restabelecer o equilíbrio sócio-econômico; (c) podendo ser estudado cientificamente por ocorrer com certas regularidades e seguir padrões específicos.

Para que se possa evidenciar melhor estes componentes, alguns desses conceitos serão citados:

1) "Migração é um processo espacial de transferência de população, permitindo grandemente o crescimento de certas "vilas" e cidades às expensas de outras "vilas" e zona rural." (Morris, 1965: 33).

2) "Precisamos ter em mente que é um processo demográfico cuja função é de ajustamento ou de reajustamento. Migração é uma forma da população tentar restabelecer o equilíbrio ou efetuar uma maior mudança econômica ou social. Entretanto, seu modo de operação e os fatores responsáveis em uma década podem ser diferentes na próxima." (Bogue, 1965: 6).

3) "... migração é um fenômeno que ocorre com certas regularidades e segue padrões e direções específicas podendo, por isso mesmo, ser estudado cientificamente e permitindo ao investigador indagar sobre seus determinantes e as suas consequências." (Pastore, 1969: 9).

Neste estudo entender-se-á migração como sendo: (a) um fenômeno que ocorre com certas regularidades; (b) sendo uma forma de procurar restabelecer o desequilíbrio sócio-econômico; (c) envolvendo mobilidade espacial de uma área para outra; (d) podendo ser estudado cientificamente.

#### b) Algumas considerações teóricas

Conforme ressaltou-se no início deste capítulo, a bibliografia referente ao fenômeno tem apresentado vários estudos nos quais hipóteses, modelos, abordagens, conceitos, etc., têm sido formulados; alguns deles serão enfocados.

O conceito de distância foi considerado por Zipf (em Jansen, 1969: 11) ao tentar explicar o movimento migratório no espaço. Em seu "princípio de menor esforço" afirma: "o número de pessoas locomovendo-se de uma cidade para outra, deveria ser uma função da distância que os separa, uma vez que o esforço exigido para cobrir maiores distâncias, presumivelmente cresceria com a mesma."

Stouffer (em Jansen, 1966: 60 e 61) introduziu o conceito de "oportunidades intervenientes", ao tentar provar que o fator distância deveria ser considerado apenas em termos relativos ao ser comparado com as "oportunidades disponíveis". Posteriormente, introduziu um novo conceito "migrantes em competição", afirmando, "para um intervalo específico de tempo, o número de migrantes da cidade A para a cidade B é uma função direta do número de oportunidades na cidade B e uma função inversa do número de oportunidades intervindo entre a cidade A e a cidade B, assim como ao número de outros migrantes competindo por oportunidades na cidade B".

Lee (1969: 285 - 287) ao definir os fatores que envolvem a decisão de migrar, considera: (1) fatores associados com a área de origem; (2) fatores associados com a área de destino; (3) obstáculos intervenientes; (4) fatores pessoais.

Considera a existência de fatores de atração e repulsão em ambas as áreas, ou seja, de origem e de destino. Acrescenta também que, diante do mesmo conjunto de fatores, as pessoas reagem de forma diferente, o mesmo se dando em relação aos obstáculos.

Uma teoria relacionada à migração que tem sido objeto de diferentes estudos é a teoria de atração-repulsão.

Em 1941, a mesma foi aplicada por Thomas (em Jansen, 1966: 61) que tentou sugerir um conceito que abrangesse todos os movimentos. Enfatiza em sua hipótese de atração-repulsão que "a

migração é devida a desequilíbrios sócio-econômicos entre regiões; certos fatores expulsam as pessoas de sua área de origem e outros atraem-nas para a área de destino".

Posteriormente, outros autores verificaram a aplicabilidade desta hipótese. Rossi (em Jansen, 1969: 65) em seu estudo sobre Mobilidade Residencial, divide as razões para mudar de residência em: (1) relacionadas com a decisão de mudar de residência anterior - repulsão; (2) relacionadas com a escolha entre os lugares de nova residência - atração.

Briones (1963: 67) em seu estudo sobre migração rural-urbana no Peru, aplicou também esta teoria. Entretanto, em sua opinião, a distinção entre repulsão e atração é quase analítica, uma vez que na realidade ambas agem e condicionam uma a outra. Resultante de seu experimento as razões atribuídas à migração foram: (1) econômicas - 45,9%; familiares - 16,8%; educação - 8,9%; para conhecer Lima - 13,4%; outras - 6,4%; sem informação - 8,6%.

Bogue (1965: 405 a 409) ao introduzir o conceito de migração diferencial, formula uma série de hipóteses. Uma delas é relacionada aos fatores de repulsão e atração, como se segue: "A migração que tem fortes estímulos de repulsão tende a ser menos seletiva em relação à comunidade de origem do que a migração que tem um forte estímulo de atração. Onde há uma forte condição de rerepulsão (casos extremos são desastres como crises, seca, inundação, exaustão de um recurso), mas o mesmo não sucede com as condições de atração, a seletividade de atração é mínima. Em outras palavras, a seletividade de emigrante em qualquer comunidade tende a variar diretamente com a força de repulsão da própria comunidade".

Estudos referentes ao Brasil enfocam os fatores de atração e repulsão. Assim, Lambert (1967: 79) afirma: "a vida urba-

na exerce no Brasil uma atração ainda mais forte do que nos países plenamente desenvolvidos... Devido a essa atração urbana, o êxodo prematuro para as cidades, sobretudo para as grandes cidades é muito facilitado no Brasil mesmo com a falta de empregos, em virtude da pouca exigência da população rural em matéria de condições de vida".

Os especialistas que escreveram o documento "Subsídios para a elaboração de uma Política Nacional", após terem estudado o problema das migrações internas e suas consequências formulam, entre outras, considerações que dizem respeito às áreas de atração e áreas de repulsão nos estados do país. (Jordão Netto, nº 12: 36).

Singer (1972: 2) afirma que quando se inicia a industrialização em uma área urbana ela tende a atrair as populações circunvizinhas; esta atração é adicionada ao fato de que com o crescimento da população, a cidade amplia o mercado de bens e serviços de consumo.

Após estas considerações, seria útil realçar algumas críticas efetuadas em função desta teoria.

Jansen (1966: 12) em uma de suas obras afirma ser a teoria de atração-repulsão uma das mais importantes no que diz respeito à migração. Entretanto, este mesmo autor (Jansen, 1969: 66) em outro estudo coloca: "Embora uma variedade de movimentos especiais pudessem ajustar-se ao quadro de referência da hipótese de atração-repulsão, ela parece mais apropriada no que diz respeito à migração de áreas rurais para urbanas durante a revolução industrial nos países modernos e em países que se encontram hoje em desenvolvimento. Com a industrialização, grande número de pessoas foram literalmente "expulsas" de suas terras sem nenhuma outra alternativa, e, levadas pelas atrações, reais ou imaginárias das cidades. Entretanto, nos países industriais de hoje, que apresentam altas taxas

de migração inter-urbanas de pessoas especializadas e profissionais, dificilmente poder-se-ia dizer que foram expulsas ou forçadas a mover de um emprego e localidade para outra.

Taylor (1969: 99) referindo-se ao mesmo problema afirma que a teoria de atração-repulsão por basear-se na inferência de fatores estruturais é limitada. Em sua opinião, nesta abordagem a motivação para migrar é reduzida à: (a) declínio de condições sócio-econômicas - repulsão; (b) oportunidade e prosperidade - atração.

Este mesmo autor acrescenta o problema relacionado à distinção entre os fatores de atração e repulsão. Em sua opinião, todos os fatores podem ser ditos como exercendo um efeito de atração e repulsão.

Germani (1968: 125) afirma ser frequente a análise da migração rural-urbana em função de fatores de atração e repulsão, salientando ser então a migração o resultado de forças expulsivas e atrativas operantes na cidade. Acrescenta ainda que nas nações desenvolvidas este fluxo migratório está ligado ao crescimento da demanda de trabalho em função do crescimento urbano-industrial; nas nações em vias de desenvolvimento, este movimento muitas vezes se apresenta, mesmo quando melhores oportunidades de trabalho são baixas ou até mesmo inexistentes.

Este autor coloca que "ainda que este enfoque possa ser bastante útil em certos sentidos, deve reconhecer-se que implica o risco de simplificar demasiado o processo, reduzindo-o a uma espécie de equilíbrio mecânico de forças impessoais externas. Ao mesmo tempo parece outorgar demasiada ênfase às motivações "racionalis" ou instrumentais, sem ter em conta a possível complexidade do processo psicológico que dá lugar à decisão de ir ou permanecer.

Entretanto, para fins de análise macroscópica, mediante o uso de dados globais principalmente, este modelo pode resultar mais ou menos adequado." (Germani, 1968: 125)

Finalmente, há dois tipos de abordagem para explicar por que o fluxo migratório ocorre: (1) abordagem subjetiva, (2) abordagem objetiva.

Abordagem subjetiva: Taylor (1969: 99) afirma que os motivos a serem considerados por esta abordagem serão aqueles indicados pelos migrantes.

Bogue e Hauser (1965: 24, 25) efetuando estudos em pesquisas realizadas em torno desta abordagem salientam que o principal motivo apontado pelo migrante é o fator econômico. Isto não significa a inexistência de outras razões, embora elas ocupem um menor grau de importância. Entre outros, estes autores consideram motivos ligados à educação, recreação, problema de desajustamento, de dependência, de saúde, aspiração de atingir um tipo de atividade ou emprego.

Assim, ainda que o fator econômico possa ser considerado preponderante, é provável que outros motivos, tais como alguns anteriormente mencionados, contribuirão na decisão de migrar.

Bogue e Hauser (1965: 24) consideram que "muitos pesquisadores têm ressaltado, que o migrante, em uma porcentagem considerável de casos não está totalmente consciente de todas as fontes de ação que o levaram à decisão de migrar."

Abordagem objetiva: nesta abordagem, Taylor (1969: 99) considera que se infere à migração os motivos verificados através de determinantes estruturais objetivas.

Bogue e Hauser (1965: 24-26) afirmam que esta abordagem "compromete-se a estabelecer correlações para interrelações entre



forças externas e a migração". Evidenciam a importância de fatores relacionados à forças econômicas, sociais e demográficas. É importante neste estudo focalizar cada uma delas.

a) Econômicas - todas as questões estão relacionadas com o motivo principal ao qual os migrantes atribuem a sua decisão de migrar, ou seja, o fator econômico.

Estes autores apresentam uma série de questões relacionadas a: salários, emprego, economia em rápido desenvolvimento, etc. Assim, a migração é sensível à emergência de novas fontes de emprego, suprimindo um mercado de trabalho em expansão, em áreas de desenvolvimento econômico rápido; as pessoas deixam áreas de salários mais baixos para as de salários mais altos?

b) Sociais - consideram os referidos autores que se pode elaborar um estudo objetivo das condições sociológicas nas áreas de origem e de destino e verificar se o fluxo migratório está ou não relacionado a estas condições.

As questões sugeridas estão relacionadas principalmente à mobilidade social, oportunidades, condições sociais, mesmo quando isoladas as condições econômicas. Assim, migração é uma fuga de condições sociais indesejáveis, independentemente do nível de condições econômicas; as pessoas abandonam suas áreas em procura de outras oportunidades, tais como, educação, moradia, cuidados de saúde e outros serviços da comunidade?

c) Demográficas - as questões referentes a este fator estão voltadas à relação entre migração e outros indicadores demográficos, como taxa de mortalidade, fertilidade, natalidade, etc.

A literatura evidencia que um estudo sobre o processo de migração só se completa quando se toma ambas as abordagens como referência. Entretanto, Taylor (1969: 100) ao propor esta combinação observa o seguinte: "o problema particular da abordagem "combinada" refere-se à natureza da combinação. Quando é caótica e infinita a coleção de motivos a ser classificada dentro do quadro de referências preparado pelas determinantes estruturais objetivas?"

## 2. Alguns Comentários Críticos Baseados na Literatura

Inicialmente, duas alternativas teóricas apresentaram-se como suporte para o presente estudo:

1. Teoria de Atração-Repulsão
2. Abordagem objetiva

1. A teoria de atração-repulsão apresenta alguns elementos relevantes tais como: (1) migração devida a desequilíbrios sócio-econômicos; (2) fatores de repulsão, como aqueles que atuam no próprio lugar em que o migrante vive; (3) fatores de atração que atuam fora do seu ambiente.

Dentro da limitação que se faz necessária, uma vez que esta teoria não leva em consideração a complexidade do processo psicológico (Germani, 1968: 125), o desequilíbrio sócio-econômico pode explicar causas da migração, uma vez que é possível em uma análise de fatores estruturais, verificar se parte deles ou a sua totalidade, atraem ou expulsam as pessoas. No caso específico

deste estudo, ou seja, uma área inserida em um contexto de país em vias de desenvolvimento, é possível analisar o desequilíbrio sócio-econômico entre áreas rurais e urbanas.

Utilizando esta teoria o problema da distinção entre fatores de repulsão e atração pode permanecer (Taylor, 1969: 100).

Entretanto, a colocação de Singer (1972: 13) vem ao encontro deste problema quando diz que "os fatores de expulsão definem as áreas de onde se originam os fluxos migratórios, mas os fatores de atração é que determinam a orientação desses fluxos e as áreas às quais se destinam".

2. Na abordagem objetiva também as causas da migração são inferidas através de uma análise estrutural. Entretanto, esta abordagem não está preocupada em explicar o fenômeno da migração através de fatores de atração-repulsão, mas, através de determinantes estruturais objetivas, focalizando fatores econômicos, sociais e demográficos.

Verifica-se porém, que há certa tendência de se ver pontos comuns entre esta abordagem e a teoria de atração-repulsão, uma vez que ambas utilizam determinantes estruturais para explicar o fenômeno.

Não se tem a pretensão de negar que a combinação das abordagens subjetiva e objetiva permitiria a análise mais completa do problema, uma vez que leva em consideração as razões apresentadas pelo migrante e, ao mesmo tempo, analisa os fatores estruturais. Entretanto, o problema de como "combinar", permaneceria, a despeito das tentativas que estão sendo levadas a efeito por estudiosos no assunto.

Efetuada estas considerações e tendo em vista a área do presente estudo, isto é, o Estado de São Paulo, a teoria de atração-repulsão seria a mais útil para explicar o problema. Fazendo esta opção não se quer afirmar que as demais perdem a sua validade, principalmente a abordagem subjetiva, a qual, neste caso específico, reforçaria ou não os motivos evidenciados pela análise de fatores objetivos.

Efetuando-se uma análise dos fatores de atração e repulsão nas áreas rurais e urbanas levar-se-á em conta os fatores econômico-sociais. Em relação aos mesmos, este estudo focalizará alguns aspectos sugeridos por Bogue e Hauser, quais sejam: oportunidades de emprego, educação, moradia e renda.

C A P Í T U L O    I I I  
M E T O D O L O G I A

## 1. Hipóteses

O presente estudo verificará a seguinte hipótese geral:

A migração rural-urbana no Estado de São Paulo explica-se pelo desequilíbrio sócio-econômico existente entre as áreas rural e urbana. Este desequilíbrio é provocado por fatores de repulsão existentes na área rural e fatores de atração existentes na área urbana.

Para se constatar a hipótese será efetuado um estudo analítico das áreas rural e urbana isoladamente visando a verificação da existência de fatores de repulsão e atração, respectivamente. A comprovação do desequilíbrio sócio-econômico será efetuada através da análise comparativa de ambas as áreas. Para isto quatro hipóteses de trabalho serão verificadas:

- 1) Há desequilíbrio entre os setores de atividade rural e urbana em relação à posição na ocupação.
- 2) Os setores de atividades urbanas proporcionam um maior rendimento mensal que o setor de atividade rural.
- 3) A população inserida nos setores de atividades urbanas apresentam grau de escolaridade mais elevado que a população inserida no setor de atividade rural.
- 4) Há desequilíbrio entre as áreas rural e urbana no que diz respeito à moradia, em relação aos seguintes aspectos: número de casas particulares, abastecimento de água e rede de esgoto.

## 2. Dados

Os dados a serem utilizados estão baseados em uma fonte secundária: os dados censitários.

Na análise do setor rural e urbano serão utilizados dados estatísticos dos períodos de 1950 a 1970. No entanto, como apenas parte do Censo de 1970 foi publicada, fez-se necessário, em determinadas situações, utilizar os últimos dados encontrados, tendo sido geralmente os anos de 1967 e 1968. Estes dados foram extraídos de fontes diversas, tais como: Anuários Estatísticos, Atualidades Estatísticas, etc. e de obras que em análises referentes ao problema apresentaram dados estatísticos para elucidá-las.

A análise comparativa das áreas rural e urbana será baseada em dados do Censo de 1970.

## 3. Conceitos

Utilizar-se-á os mesmos conceitos básicos definidos pelo IBGE, que tem a pessoa como unidade de estudo.

Os conceitos usados pelos IBGE, em relação aos quatro fatores mencionados, são os seguintes:

Posição na Ocupação - as pessoas classificadas quanto à posição na ocupação obedeceram o seguinte critério:

1) Empregados: as pessoas que trabalham mediante remuneração em dinheiro, espécie ou utilidade.

2) Empregadores: os que exploravam uma atividade econômica com o auxílio de um ou mais empregados.

3) Não remunerados: as pessoas que, sem remuneração, auxiliavam o trabalho de pessoas da família e os que trabalhavam nesta mesma condição para instituições religiosas e beneficentes. As pessoas que procuravam emprego pela primeira vez foram incluídas nesta categoria.

4) Autônomos: os que exerciam suas atividades por conta própria, individualmente, ou com o auxílio de pessoas da família, que não recebiam remuneração. (IBGE, 1970: XVII)

Rendimento Mensal - foram considerados como rendimentos todas as importâncias recebidas pelas pessoas de dez anos e mais de idade, no mês anterior à data do Censo, provenientes de salários, ordenados, honorários de profissionais liberais, retirados de empresários de negócios, gratificações, comissões, gorjetas, pensões, donativos regularmente recebidos, rendas vitalícias decorrentes de seguros dotais ou similares, quantias recebidas por uso fruto de bens, rendas de aluguéis, etc. Para as pessoas que auferiam rendimentos variáveis, foi considerada a média dos doze meses anteriores à data do Censo. (IBGE, 1970: XVII)

Grau de Escolaridade - a pesquisa sobre anos de estudo foi feita através do levantamento do número de pessoas que estavam frequentando ou haviam frequentado algum curso. (IBGE, 1970: XVI)

Domicílio - conceituou-se domicílio o local de moradia, estruturalmente independente, formado por um ou mais cômodos, com entrada privativa.



Classificaram-se os domicílios em particulares, quando fossem habitados por no máximo três famílias. As casas de cômodos foram assemelhadas a edifícios de apartamentos, considerando-se cada unidade residencial como um domicílio particular.

Os domicílios particulares classificaram-se segundo o tipo de construção em: (a) Permanentes - assim considerados os construídos para fins residenciais e (b) Improvisados - os que não atendiam à referida condição, embora servissem de moradia na data do Censo, tais como estabelecimentos comerciais, industriais, embarcações, carroças, vagões de estradas de ferro, tendas, grutas, etc.

A pesquisa das características dos domicílios limitou-se aos domicílios particulares permanentes e às pessoas neles residentes (moradores ausentes e moradores presentes), inclusive os empregados domésticos. (IBGE, 1970: XIX, XX)

No que diz respeito à análise comparativa entre os setores rural e urbano, onde as hipóteses de trabalho serão verificadas, algumas informações se fazem necessárias:

1) Os dados a serem comparados serão apenas aqueles que dizem respeito às pessoas economicamente ativas, de mais de dez anos de idade, publicados pelo Censo de 1970. Para efeito deste estudo, os setores de atividades em que as mesmas são consideradas, serão reagrupados como se segue:

Setor Primário:

Agricultura, pecuária, silvicultura, extração vegetal, caça e pesca.

Setor Secundário:

Atividades industriais.

Setor Terciário:

Comércio de Mercadorias.

Prestação de Serviços.

Transportes, Comunicação e Armazenagem.

Atividades Sociais: ensino, assistência médico-hospitalar, previdência social, etc.

Atividades Públicas: serviços administrativos, governamentais, legislativo, justiça, defesa nacional, segurança pública.

Outras Atividades: comércio de imóveis e valores imobiliários, crédito, seguros e capitalização, profissões liberais, etc.

As pessoas que procuravam emprego pela primeira vez também foram incluídas nesta categoria.

Como pessoas não economicamente ativas foram consideradas: estudantes, pensionistas, detidos em cumprimento de pena, inválidos e pessoas que viviam de renda ou exerciam atividades domésticas não remuneradas.

2) Neste estudo, as pessoas consideradas no setor primário, serão também consideradas como ligadas às atividades da área rural. As pessoas ligadas aos setores secundário e terciário serão consideradas como tendo suas atividades relacionadas à área urbana.

#### 4. Técnicas

Calcular-se-á a percentagem correspondente a cada setor. O teste estatístico do  $X^2$  também será aplicado com o objetivo de verificar se há homogeneidade entre os fatores a serem considerados para verificação das hipóteses de trabalho.

C A P Í T U L O    I V  
ANÁLISE DAS ÁREAS RURAL E URBANA  
NO ESTADO DE SÃO PAULO

Tendo em vista a hipótese geral formulada, este capítulo pretende analisar as áreas rural e urbana isoladamente, visando verificar a existência de fatores de repulsão e atração nas mesmas. Posteriormente, efetuar-se-á uma comparação entre ambas as áreas, através da verificação das quatro hipóteses de trabalho para que se possa comprovar o desequilíbrio sócio-econômico entre as áreas rural e urbana no Estado de São Paulo.

#### 1. Análise da Área Rural

Em termos comparativos parece que o crescimento econômico do setor agrícola tem sido muito menor que o do setor urbano-industrial.

Conforme afirma a Secretaria de Economia e Planejamento (1970: 3), embora se evidencie aumento de produção no Estado, esta está muito mais ligada à expansão da área de cultivo do que ao aumento da produtividade. Nos últimos anos tem sido grande a rotação de cultura, havendo aumentos das áreas de pastagens e plantação de novas culturas.

Analisando como vem sendo utilizada a área paulista verifica-se que:

Quadro 3 - Utilização da Área Paulista nos Anos de 1950, 1960 e 1968.

|  | 1950         | 1960         | 1968         |
|--|--------------|--------------|--------------|
|  |              | (%)          |              |
| Lavoura  | 22,40        | 24,70        | 21,68        |
| Pastagem   | 45,50        | 51,14        | 56,45        |
| Mata   | 14,58        | 14,41        | 16,35        |
| Terras incultas  | 12,38        | 5,88         | 2,18         |
| Terras em descanso,<br>improdutivas<br>e/ou sem declaração | 5,14         | 3,87         | 3,34         |
| Total  | 100,00       | 100,00       | 100,00       |
| (ha)   | (19.007.582) | (19.303.948) | (22.491.407) |

Fonte: Censo Agrícola de São Paulo - 1950 e 1960, e Anuário Estatístico do Brasil - 1970.

Este quadro permite afirmar que embora as áreas de lavoura e pastagem estejam crescendo à custa da diminuição das terras incultas, o acréscimo é maior para pastagem do que para lavoura; enquanto a primeira teve um acréscimo relativo de 2,30% entre os anos de 1950 e 1960 e um decréscimo relativo de 3,02% entre 1960 e 1968, a segunda sofreu variações sempre crescentes de 5,64% e 5,31%.

A Secretaria de Economia e Planejamento (1970: 3) diz que embora haja grande diversificação de culturas, apenas dez culturas representam 80% do valor da produção agrícola. São elas: algodão, amendoim, arroz, batata inglesa, café, cana-de-açúcar, feijão, laranja, mandioca e milho. As diferentes regiões do Estado

tem-se concentrado em uma ou duas delas, o que tem acarretado uma certa especialização das mesmas.

A especialização de cultura, embora sendo uma tendência do desenvolvimento no sistema capitalista, tende a não absorver o mesmo contingente de mão-de-obra, pelo menos parte do ano. O Censo de 1950 afirma que 24,70% dos empregados dedica-se a trabalhos temporários e 75,30% à trabalhos permanentes. Em contraposição, no Censo de 1960, a porcentagem de trabalhadores temporários se eleva para para 41,10% e a dos trabalhadores permanentes se reduz para 58,90%.

Schuh (1971: 289) afirma que São Paulo possui um setor agrícola relativamente moderno, uma vez que práticas modernas estão sendo utilizadas. Verificando-se o grau de mecanização da agricultura, os dados do IBGE revelam que no período de 1950 a 1960 o número de veículos à tração animal alterou-se em 6,22% enquanto o número de veículos à tração mecânica alterou-se em 229,14%. O número de tratores teve seu total aumentado 7,12 vezes no período de 1950 a 1960 e 1,9 vezes de 1960 a 1964.

Entretanto, Levy (1968: 289) afirma que "constatou-se um estancamento do progresso da mecanização da agricultura que, por sua vez, acarretou a queda da produtividade... Em 1964, a venda de tratores atingiu 12.000 unidades. Em 1967, esse índice não deverá ultrapassar 6.000".

Afirma este mesmo autor (1968: 283-285) que a produção rural per capita vem sofrendo sensível decréscimo. Assim, coloca que, enquanto em 1963, a produção rural era Cr\$ 163,00 per capita, ou seja, US\$ 319.00, em 1967 era Cr\$ 128,00, ou seja, US\$ 250.00. Mostra também, que um trator Ford em 1953 correspondia ao valor de 688 sacas de milho; em 1967, este mesmo veículo correspondia a 2.311 sacas desse produto.

Verifica-se assim que o setor agrícola tem passado por modificações no que diz respeito ao aumento das áreas de pastagens, especialização de culturas e mecanização da agricultura. Estas modificações exigem gradativamente menos mão-de-obra permanente no campo. (Moraes, 1971: 137)

Em função desta afirmativa colocar-se-ia uma questão: este setor oferece outras alternativas de trabalho?

A opinião das Nações Unidas (1953: 132) parece vir ao encontro desta questão: "Nas sociedades em processo de industrialização as possibilidades de emprego aumentam mais rapidamente nos centros urbanos que nas regiões agrícolas. Conforme aumenta a renda real per capita, a demanda de artigos e serviços produzidos pelos trabalhadores das cidades cresce mais rapidamente que a dos produtos agrícolas. Com a racionalização da produção agrícola, transferem-se à cidade muitas atividades econômicas que, em outro tempo, eram levadas a efeito no campo, por exemplo a elaboração final dos produtos leiteiros, o sacrifício de reses e o abate da carne."

Em relação ao Estado em estudo, Levy (1968: 282) baseado em um levantamento elaborado pela Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, afirma que pela primeira vez constatou-se "a existência de desemprego no campo. Acresce que isso ocorreu na fase da colheita, quando a mão-de-obra é disputada e paga a preços elevados."

Vê-se assim, que as mudanças ocorridas no setor agrícola, não têm sido acrescidas de novas alternativas de trabalho.

Focalizando como a mão-de-obra vem se modificando em face dessas mudanças que vêm ocorrendo no setor rural, seria útil mencionar as categorias evidenciadas pelos Censos. Comparando os períodos de 1950 e 1970, verifica-se que houve um decréscimo em



números absolutos, o que é perfeitamente explicável, uma vez que o total da população rural também diminuiu nesse período de tempo. Percentualmente, o resultado apresentado é o seguinte:

Quadro 4 - Distribuição da População Rural entre as Categorias Apresentadas pelos Censos de 1950 e 1970.

|                     | 1950                  | 1970                  |
|---------------------|-----------------------|-----------------------|
|                     |                       | (%)                   |
| Empregados          | 48,73                 | 50,63                 |
| Empregadores        | 4,08                  | 2,47                  |
| Autônomos           | 19,14                 | 34,46                 |
| Não remunerados     | 27,99                 | 12,42                 |
| Sem declaração      | 0,07                  | 0,02                  |
| Total <sup>5/</sup> | 100,00<br>(1.482.124) | 100,00<br>(1.326.439) |

Fontes: Censo Demográfico - Estado de São Paulo - 1950, e  
Tabulações Avançadas do Censo Demográfico - 1970.

Estes dados permitem concluir que as categorias referentes a empregados e autônomos sofreram acréscimo e as categorias relacionadas a empregadores e membros da família sofreram diminuição.

---

<sup>5/</sup> Pelo fato do Censo de 1950 não considerar Extração Vegetal no setor primário, seu total (32.728) foi subtraído do setor secundário e adicionado a este, correspondendo assim aos dados de 1970.

Considerando que a categoria de autônomos inclui, entre outros, os parceiros e arrendatários, verifica-se através dos dados do IBGE que, enquanto os primeiros sofreram reduções percentuais de aproximadamente 40% e 27% entre os períodos de 1950 e 1960, e 1960 e 1967, os segundos sofreram apenas no primeiro período, um acréscimo de 55%.

Levando-se em consideração o conceito <sup>6/</sup> de ambos, pode-se afirmar que a categoria de autônomos sofreu um acréscimo no período; entretanto, dentro dessa categoria, o número de arrendatários também aumentou, enquanto o de parceiros decresceu. Isto parcialmente explicaria a diminuição do trabalho familiar no campo e o aumento do número de empregados, uma vez que o sistema de arrendamento utiliza, ainda que concomitantemente, a mão-de-obra assalariada. Deve-se acrescentar ainda que a relação entre o proprietário da terra e o arrendatário é puramente econômica; o único vínculo existente vem a ser o pagamento em dinheiro pelo aluguel da terra.

Concentrando-se a análise em função dos recursos, verifica-se que um dos únicos existentes é o referente à educação. A escola primária que varia do grupo escolar à escola isolada, está presente na área rural. Analisando quais as oportunidades que ela

---

<sup>6/</sup> Parceiro é a pessoa que trabalha na propriedade de terceiros, pagando pelo uso da terra em dinheiro ou espécie de acordo com a oscilação da produção. Em geral, seu trabalho é feito com a cooperação da família. Em regra, não emprega mão-de-obra assalariada.

Arrendatário é a pessoa que trabalha na propriedade alheia, mediante aluguel pelo uso da terra. Seu trabalho é feito com a ajuda de membros da família e mão-de-obra assalariada.

pode oferecer, a literatura referente ao assunto tem enunciado que o problema relacionado à educação na zona rural está não só em função da quantidade como também da qualidade. (Caldeira, 1960: 44).

Na "escola isolada", dois ou três graus escolares são ministrados pela mesma professora, que geralmente obteve seu título através de uma formação urbana; entre outras consequências, sua tendência é a de levar padrões urbanos e transmiti-los à criança no meio rural.

Em relação ao problema, Brandão Lopes (1968: 163) afirma que "a escola primária é em si, em maior ou menor grau, agente de urbanização, ao colocar professores portadores de cultura urbana em contato com a massa de crianças rurais e semi-rurais. Em segundo lugar porque as torna, ao alfabetizá-las e transmitir-lhes certas atitudes e valores urbanos, mais suscetíveis de virem a sofrer os efeitos de outros veículos de contato e comunicações, como a imprensa, livros, cinemas e mesmo a migração".

Acrescenta-se outra perspectiva do problema: o currículo é o mesmo que o ensinado nas áreas urbanas. (Caldeira, 1960: 44).

Pode-se argumentar que se a migração futuramente se concretizar, o mesmo programa desenvolvido em áreas rurais e urbanas prepararia o homem rural para competir com o trabalhador urbano. A literatura tem demonstrado que isto não se tem verificado. Schuh (1971: 346) salienta que "os emigrantes que deixam a zona rural chegam à cidade com pouca capacitação e têm dificuldade de conseguir emprego, o que faz com que se congreguem em favelas, onde se tornam uma fonte de distúrbios sociais... Ao mesmo tempo, o setor industrial é prejudicado por falta de pessoal habilitado. Os números de anúncios aos jornais de São Paulo para mão-de-obra especializada, simultaneamente com as altas taxas de desemprego, retratam este problema".

Salienta-se ainda que o período letivo rural e urbano coincidem. Conforme mostra Caldeira (1960: 137), muitas vezes o trabalho da criança é necessário no período de safra ou colheita; se este período coincide com o período letivo, seria congruente a tendência da criança ser utilizada na lavoura ao invés de se deter nos bancos escolares.

Taylor (1968: 68-69) analisando o problema educacional relacionado às diferenças entre áreas urbanas e rurais afirma: "As escolas urbanas e rurais por aproximadamente um século têm-se desenvolvido em padrões diferentes. A escola rural de uma sala, por tradição, trouxe um limitado currículo para seus estudantes. As escolas urbanas desenvolveram-se na direção de especialização e diversificação. A população rural tem completado menos anos de educação formal que a população urbana. A educação extensiva não foi vista como essencial para o modo rural de vida".

Schuh (1971: 133) ao mencionar as razões pelas quais a renda da mão-de-obra agrícola é tão baixa afirma "... uma sociedade que investe tão pouco na sua população rural em termos de educação, não pode esperar que esta população seja altamente produtiva".

Relacionando o problema de educação à ocupação, nas atuais condições, o campo não dispõe de grande número de ocupações que exija elevada aquisição educacional. Assim, o habitante rural, enquanto tendo sua perspectiva de futuro ligada ao campo, está incapaz de visualizar muitas alternativas ocupacionais. Ao contrário do que ocorre na área urbana, estas alternativas acham-se muito mais limitadas pelo próprio meio, e a competição em função de qualificação torna-se muito menos evidente. Esta colocação permite sugerir a questão: quantas crianças rurais vão à escola secundária ou quantas têm isto como aspiração? Parte desta formulação será

objeto de análise posterior, mas tal proposição acarreta outro problema. Para que ela ou sua família possam concretizar esta aspiração, a única alternativa apresentada estará em função da locomoção para a área urbana.

Assim, pode-se afirmar que a área rural apresenta-se com deficiência de recursos.

Para finalizar a análise desta área é importante ressaltar que hoje os meios de comunicação, de alguma forma, atingem o homem rural. Com tal afirmação não se quer dizer que seu grau é homogêneo para todo o Estado; mas, o número de estradas existentes, a eletrificação permitindo o uso de rádio, televisão, acrescido de rádio a pilha, etc., trazem a perspectiva de colocar o rurícola em contato com o meio urbano.

Concluindo, pode-se afirmar que a área rural do Estado de São Paulo apresenta fatores sócio-econômicos que expulsam a população rural. Estes fatores estão ligados ao aumento das áreas de pastagens, especialização de culturas, mecanização da agricultura sem o incremento de novas alternativas de trabalho e a inexistência ou existência deficiente de recursos.

## 2. Análise da Área Urbana

Analisando-se o setor urbano, coloca-se frente a uma realidade muito mais complexa, onde as oportunidades ocupacionais ampliam-se não só em função do setor industrial, como também do setor de serviços. Villaça (1968: 160) afirma que "o forte crescimento no volume de emprego e paralelamente a passagem gradual das

atividades primárias para as secundárias e terciárias tem sido uma constante do processo de desenvolvimento da economia paulista".

Furtado (1961: 243-244) diz que no setor urbano está o setor dinâmico da economia; segundo este autor, o deslocamento do setor dinâmico da agricultura para a indústria firmou-se em 1930, mas, em 1950 este último setor tomou novo impulso, através da ampliação e diversificação das indústrias de bens de produção, vindo posteriormente liderar o desenvolvimento do país.

Analisando-se os dados censitários, verifica-se que em 1950, o Estado apresentava 23.303 estabelecimentos industriais, correspondendo 202 à indústrias extrativas de produtos minerais e 23.101 à indústrias de transformação. Em 1960, seu total era de 36.254 estabelecimentos, sendo 666 de indústrias extrativas de produtos minerais e 35.588 para indústrias de transformação.

O setor urbano, comparado ao rural, tende a absorver muito mais mão-de-obra. Os dados censitários vêm de encontro a esta afirmativa.

Quadro 5 - População Economicamente Ativa nos Setores Primário, Secundário e Terciário, nos Períodos de 1950 e 1970.

| Setor      | 1950        | 1970        |
|------------|-------------|-------------|
|            | (%)         |             |
| Primário   | 43,15       | 20,87       |
| Secundário | 23,67       | 31,19       |
| Terciário  | 33,18       | 47,94       |
| Total      | 100,00      | 100,00      |
|            | (3.434.971) | (6.357.443) |

Fontes: Censo Demográfico de 1950 e

Tabulações Avançadas do Censo Demográfico, 1970.

Vê-se assim que no decorrer do período, o incremento relativo de absorção dos setores secundário e terciário foram respectivamente, 7,52% e 14,76%, enquanto o decréscimo no setor primário foi de 22,28%.

Embora o setor urbano propicie um maior número de alternativas ocupacionais, ele solicita uma mão-de-obra cada vez mais qualificada. Villaça (1968: 161) observa que: "com os progressos tecnológicos tem havido sensível aumento na procura de trabalhos especializados... Na expansão de novas indústrias e na criação das já existentes, sente-se a limitada disponibilidade de trabalhadores especializados, problema que apareceu com especial gravidade na constituição da indústria automobilística, quando foi preciso recorrer a planos de emergência para a semi-qualificação da mão-de-obra necessária".

Esta colocação leva a uma outra perspectiva: na medida em que o setor urbano exige mão-de-obra qualificada, as aspirações tendem a elevar-se e a busca pelas oportunidades se dá em um processo competitivo cada vez mais complexo. De certa forma, o setor urbano tende a absorver parte da mão-de-obra não qualificada na própria indústria através de trabalhos meramente manuais e no setor de serviços. Conforme afirmam Gouveia e Havighurst (1969: 104), o censo realizado em 1966 dos funcionários estaduais, mostra que 50,4% dos servidores públicos não possuem o primeiro ciclo completo.

No entanto, na medida em que o horizonte do homem urbano passa a ser visto sob o ângulo que diferentes graus de qualificação significam maior salário, maior status social, maiores alternativas, esse horizonte passa a ser analisado de como e se é possível atingir um grau mais elevado de qualificação. Adiciona-se a isto, o fato de o homem urbano estar em contato direto com os bens de

consumo, produzidos pela indústria. Obter estes bens significa ter poder aquisitivo, e, o poder aquisitivo está em função de seu nível de renda, que, por sua vez, ainda que parcialmente, está relacionado à sua qualificação ou não.

Focalizando como a mão-de-obra vem sendo utilizada pelo setor urbano, os dados censitários mostram que:

Quadro 6 - Distribuição da População Urbana entre as Categorias Apresentadas pelos Censos de 1950 e 1970.

|                 | <u>Setor Secundário</u> |             | <u>Setor Terciário</u> |             |
|-----------------|-------------------------|-------------|------------------------|-------------|
|                 | 1950                    | 1970        | 1950                   | 1970        |
|                 | (%)                     |             |                        |             |
| Empregados      | 90,89                   | 89,44       | 72,23                  | 77,61       |
| Autônomos       | 3,55                    | 8,16        | 19,16                  | 17,79       |
| Empregadores    | 4,43                    | 2,05        | 5,53                   | 1,54        |
| Sem remuneração | 1,11                    | 0,34        | 2,77                   | 2,45        |
| Sem declaração  | 0,02                    | 0,01        | 0,31                   | 0,61        |
| Total           | 100,00                  | 100,00      | 100,00                 | 100,00      |
|                 | (813.069)               | (1.773.626) | (1.139.778)            | (2.365.452) |

Fontes: Censo Demográfico de 1950 - São Paulo, e  
 Tabulações Avançadas do Censo Demográfico - 1970.

Verifica-se que no período a percentagem de empregados sofreu pequena variação. Relativamente, apenas a categoria referente a empregadores é que sofreu sensível decréscimo. Entretanto, a população absorvida pelos setores secundário e terciário sofreu um incremento de 918.545 pessoas, ou seja, 26,20%.



O setor urbano acha-se aparelhado para dar resposta aos estímulos por ele provocados? Esta questão sugere a análise dos recursos que dizem respeito à educação.

Afirmou-se anteriormente que a escola primária apresenta-se como um dos poucos recursos da área rural. A realidade urbana mostra-se bastante diferenciada; os mais variados níveis de ensino estão localizados na mesma, ou seja, desde o ensino pré-primário até o de nível superior. Seus alunos são geralmente de área urbana. Gouveia e Havighurst (1969: 47), após estudos na área paulista, afirmam que, geralmente os alunos que frequentam os cursos médios são residentes na área urbana, uma vez que os habitantes da área rural possuem pouca probabilidade de atingir estes cursos. Acrescentam ainda (1969: 215) que nas atuais condições, as instituições escolares de nível médio não se acham adequadas à expansão da economia agrícola. Schuh (1971: 290) afirma que a educação superior para o habitante rural é ainda uma raridade.

As áreas urbanas dispõem ainda de escolas técnicas de diferentes tipos, que eventualmente atenderão às necessidades rurais mas, que estão canalizadas para atender às necessidades do mercado urbano (Gouveia e Havighurst, 1969: 215). Estes mesmos autores (1969: 203) salientam que tem havido grande incremento de alunos nas escolas comerciais; isto porque as empresas têm-se burocratizado, havendo portanto, a diversificação e multiplicação de oportunidades. Mascaro (1968: 324) mostra que em relação ao ensino agrícola, foram criadas 85 escolas de iniciação, 64 ginásios, 5 colégios; destes, acham-se em funcionamento, 16, 2 e 3 estabelecimentos, respectivamente. Afirma ainda que os mesmos são pouco procurados e contam com uma matrícula limitada.

Acrescenta-se também que nestas áreas, o ensino noturno adiciona-se ao diurno nos mais variados níveis, colocando-se a

alternativa de se trabalhar e estudar concomitantemente. Afirmam Gouveia e Havighurst (1969: 106) que a existência destes cursos na área paulista reveste-se de importância, uma vez que "apresenta-se como solução para o problema de uma sociedade em que, por fatores vários, o nível de aspiração educacional se eleva, mas grande parte dos pais não pode arcar com as responsabilidades de uma escolaridade prolongada".

Se o setor urbano tende a incentivar a qualificação e elevar o nível de aspiração, parece ser congruente sugerir que o homem urbano, ainda que possuindo um mínimo de escolaridade ou mesmo analfabeto, visualizando concretamente os recursos do meio e todas as suas facilidades, tende a desejar a seus filhos um grau mais elevado de educação formal que o homem rural.

Conforme afirma Lambert (1967: 210-211) "o desenvolvimento da economia exige operários e empregados que tenham, pelo menos, uma boa instrução primária e, se possível, preparo técnico; a população sente a necessidade dessa instrução e, enfim, a própria produtividade da economia permite custear a escolarização relativamente prolongada que é necessária".

A análise dos dados censitários de 1950 e 1970 podem elucidar esta afirmação.

Estes dados permitem afirmar que no período houve um incremento de 47,09% para o ensino elementar, 42,57% para o médio e 18,31% para o superior. Entretanto, analisando os três setores, verifica-se que o primário sofreu um decréscimo relativo, em termos percentuais nos níveis elementar, médio e superior, enquanto nos demais setores houve acréscimo relativo nos três níveis, com exceção do nível superior no setor terciário; verifica-se porém, que este decréscimo foi compensado pelo acréscimo no setor secundário.

Quadro 7 - Pessoas que Possuem Curso Completo nos Anos de 1950 e 1970.

| Setor      | 1950      |           |          | 1970        |           |           |
|------------|-----------|-----------|----------|-------------|-----------|-----------|
|            | Elementar | Médio     | Superior | Elementar   | Médio     | Superior  |
| Primário   | 12,47     | 3,33      | 3,08     | 12,30       | 1,71      | 1,84      |
| Secundário | 35,79     | 21,41     | 17,55    | 36,57       | 22,15     | 23,00     |
| Terciário  | 51,74     | 75,26     | 79,37    | 51,13       | 76,14     | 75,16     |
| Total      | 100,00    | 100,00    | 100,00   | 100,00      | 100,00    | 100,00    |
|            | (999.104) | (184.969) | (41.762) | (2.121.611) | (434.520) | (228.097) |

(%)

Fontes: Censo Demográfico de 1950, e

Tabulações Avançadas do Censo Demográfico - 1970.

Entretanto, na área urbana não estão localizados apenas os recursos referentes à educação. É nela que estão localizados outros recursos tais como saúde, recreação, bem-estar social, etc. e, em muito maior grau, os de infraestrutura.

Focalizando os recursos referentes à recreação, Marcondes (1968: 361) afirma que "São Paulo ocupa lugar de destaque entre os demais Estados, no tocante à educação ou preocupações educacionais, em termos de recreação e de lazer. Exemplos vivos são os milhares de escoteiros, bandeirantes, etc." Acrescenta ainda que muitos empregados das empresas particulares dispõem de colônias de férias, bem como muitos sindicatos e trabalhadores em companhias de gás, telefônicas, etc.

Em relação aos recursos de bem-estar social pode-se afirmar que eles geralmente estão localizados na área urbana, possuindo ainda fundamentalmente uma estrutura para atingir a população dessa área. Não tendo em vista simplificar a função das entidades sociais, objetivamente ao se proporem a complementar a renda familiar ou "proporcionar apoio econômico" a determinadas camadas da população, é uma segurança que a zona urbana oferece àqueles que em situações específicas possam não ter o mínimo para sua sobrevivência.

Para fundamentar esta colocação, citar-se-ia por exemplo um órgão de âmbito estadual, Secretaria da Promoção Social, ao qual "compete formular uma política de promoção social do Estado e implantar essa política através de programas setoriais e inter-setoriais"; este órgão enfatiza que suas programações serão realizadas "preferencialmente em zona urbana ou em processo de urbanização sem desconsiderar suas naturais implicações com as áreas rurais". <sup>1/</sup>

---

<sup>1/</sup> Citação extraída do documento sobre Diretrizes de Política de Ação no Setor de Promoção Social, publicado no Governo Abreu Sodré (1967 a 1970) não constando ano de publicação e nem numeração de páginas.

O trabalho urbano acha-se estruturado no sentido de oferecer maior segurança ao trabalhador através de pensões, seguros, aposentadorias, etc., através dos órgãos de previdência social. Caldeira (1960: 62)

Focalizando os recursos de infraestrutura, Singer (1972: 2) fundamenta porque os mesmos estão localizados nas áreas urbanas afirmando que o "processo de industrialização não consiste apenas numa mudança de técnicas de produção e numa diversificação maior de produtos, mas também numa profunda alteração da divisão social do trabalho. Numerosas atividades manufatureiras, que eram antes combinadas com atividades agrícolas, são separadas destas, passando a ser realizadas de forma especializada em estabelecimentos especialmente aglomerados. A aglomeração espacial da atividade industrial se deve à necessidade de utilização de uma mesma estrutura de serviços especializados (de energia, água, esgotos, transportes, comunicações, etc.)."

Verifica-se porém, que a existência de recursos de infraestrutura tais como serviços de água, esgoto, instalações sanitárias, elétricas, etc., proporciona melhores condições de moradia.

Já se pode falar em instalações elétricas e serviços de água na área rural. Todavia, em uma visão global, a maior quantidade destes recursos parece se vislumbrar na área urbana. Esta afirmação não significa que nestas áreas a existência dos mesmos seja em número proporcional ao das populações urbanas. Evidenciam-se áreas urbanas onde a ausência total ou parcial destes recursos (agregados a outros fatores) levam a formas de moradia como favelas, barracos situados nos bairros periféricos, etc.

A colocação de Petrone (1968: 274) vem de encontro a esta afirmativa. Em relação ao Estado em estudo, este autor diz que

"nos centros urbanos onde a industrialização reveste-se de alguma importância, chama a atenção a presença de bairros, geralmente periféricos, mal equipados do ponto de vista dos serviços urbanos, fisionomicamente esqueléticos, marcados pela monotonia de um casario modesto e a expressão de condições de existência pouco satisfatórias".

Entretanto, estes problemas quando aumentam em volume tendem a exercer pressão sobre os dirigentes governamentais. Para fundamentar esta proposição, citar-se-ia apenas um projeto de nível nacional, o Banco Nacional de Habitação, criado em 1964 visando oferecer condições para as famílias de rendas mais baixas. Apresenta entre outros objetivos: melhoria dos padrões de moradia e ambiente com a eliminação de favelas; melhoria dos padrões sanitários e sociais das unidades familiares; alargamento das fronteiras de urbanização, seguindo-se a melhoria das condições de vida nas áreas rurais. (Housing Plan, 1970: 4-5)

Não é objetivo deste estudo efetuar uma análise do projeto, entretanto, um ângulo do mesmo merece ser focado: todas as residências até o momento construídas estão localizadas nas áreas urbanas.

Concluindo, pode-se afirmar que o setor urbano apresenta-se mais diferenciado que o setor rural, uma vez que oferece alternativas ocupacionais em função dos setores secundário e terciário. Pelo fato destes setores solicitarem gradativamente maior qualificação profissional, é na área urbana que estão situados os vários níveis educacionais, com períodos diurnos e noturnos e as escolas técnicas. Pela própria exigência do processo de industrialização aí estão situados os recursos de infraestrutura, de saúde, recreação, etc. Estes fatores interrelacionados podem ser considerados fatores de atração da área urbana.

Para finalizar, seria importante ressaltar que ao se fazer esta análise, não se quer afirmar que o setor urbano disponha dos recursos evidenciados no sentido de oferecer concretamente condições para que toda sua população tenha acesso direto ou usufrua deles no mesmo grau. A taxa de marginalização das áreas urbanas, com seus índices de desemprego e sub-emprego, levando ao não acesso a Institutos de Aposentadorias, o número de "clientes" das obras sociais, etc., vem de encontro a esta afirmativa. Conforme levantamento da Fundação Plano de Amparo Social, a taxa de marginalização do Estado é de 30% (Promoção Humana, nº 9: 6-7); estas pessoas não usufruem da estrutura de funcionamento da sociedade, "tanto no nível econômico (renda, emprego, estabilidade, vínculo empregatício) como nos níveis decorrentes deste (habitação, alimentação, saúde, educação)".

### 3. Análise Comparativa entre as Áreas Rural e Urbana

As duas primeiras partes deste capítulo estiveram voltadas à análise de fatores sócio-econômicos nas áreas rural e urbana isoladamente; este estudo analítico permitiu a verificação de fatores de repulsão na área rural e de atração na área urbana.

A verificação destes fatores comprova parcialmente a hipótese geral deste estudo. Assim, torna-se importante analisar ambas as áreas comparativamente, através de fatores sócio-econômicos que venham comprovar o desequilíbrio. Para isto, verificar-se-á as quatro hipóteses de trabalho mencionadas no capítulo referente à metodologia.

Considerando a população do Estado, o Quadro 8 mostra qual a distribuição desta população segundo a sua participação na força de trabalho.

Quadro 8 - Distribuição da População do Estado, Segundo sua Participação na Força de Trabalho em 1970.

| População                | Nº        | %     |
|--------------------------|-----------|-------|
| Economicamente ativa     | 6.357.443 | 35,77 |
| Não economicamente ativa | 7.000.083 | 39,38 |
| Com menos de 10 anos     | 4.417.983 | 24,85 |

Fonte: Tabulações Avançadas do Censo Demográfico - 1970.

Tomando a população economicamente ativa, a qual será objeto da análise deste capítulo, verifica-se que a mesma acha-se dividida entre os setores como se segue:

Quadro 9 - Distribuição da População Economicamente Ativa no Estado de São Paulo por Setor de Atividade em 1970.

| Setor      | Nº        | %      |
|------------|-----------|--------|
| Primário   | 1.326.439 | 20,87  |
| Secundário | 1.983.034 | 31,19  |
| Terciário  | 3.041.970 | 47,94  |
| Total      | 6.357.443 | 100,00 |

Fonte: Tabulações Avançadas do Censo Demográfico - 1970.



1ª HIPÓTESE DE TRABALHO: Há desequilíbrio entre os setores de atividade rural e urbana em relação à posição na ocupação.

Tomando-se a população economicamente ativa os dados censitários, conforme Quadro 10, permitem depreender alguns pontos de análise:

A categoria referente a empregados ocupa a maior percentagem nos três setores. Este total decresce do setor secundário para o terciário e primário, respectivamente. Assim, embora o setor primário apresente a menor percentagem, seus dados permitem sugerir a influência neste setor das relações de emprego urbanas, uma vez que o sistema capitalista tende a incrementar o uso de mão-de-obra em troca de salário.

Entretanto, a comparação da categoria referente a autônomos onde poder-se-ia incluir o pequeno proprietário, parceiro, etc. mostra que uma percentagem relevante do setor primário ainda persiste na mesma. De acordo com a definição censitária dessa categoria, o trabalho familiar é importante. Vê-se assim que nas categorias rurais ainda permanecem relações "tradicionais", embora as mesmas estejam sofrendo influência das relações de emprego urbanas. Isto seria uma explicação porque o setor primário ainda permanece com 34,46% do total de autônomos e 12,42% sem remuneração.

Com a aplicação do teste do  $X^2$  obteve-se um resultado altamente significativo ao nível de 1%, o que vem apoiar estatisticamente a afirmação de que há diferença significativa entre os setores no que diz respeito à posição na ocupação. Está, portanto, confirmada a primeira hipótese de trabalho, ou seja, existe desequilíbrio entre os setores de atividade rural e urbano em relação à posição na ocupação.

Quadro 10 - Posição na Ocupação da População Economicamente Ativa no Estado de São Paulo em 1970.

| Setor      | Empregados |       | Autônomos |       | Empregadores |      | S/remuneração |       | S/declar. |      | Total     |        |
|------------|------------|-------|-----------|-------|--------------|------|---------------|-------|-----------|------|-----------|--------|
|            | Nº         | %     | Nº        | %     | Nº           | %    | Nº            | %     | Nº        | %    | Nº        | %      |
| Primário   | 671.611    | 50,63 | 457.078   | 34,46 | 32.740       | 2,47 | 164.782       | 12,42 | 228       | 0,02 | 1.326.439 | 100,00 |
| Secundário | 1.773.626  | 89,44 | 161.792   | 8,16  | 40.670       | 2,05 | 6.862         | 0,34  | 84        | 0,01 | 1.983.034 | 100,00 |
| Terciário  | 2.365.452  | 77,61 | 542.073   | 17,79 | 46.926       | 1,54 | 74.787        | 2,45  | 18.732    | 0,61 | 3.047.970 | 100,00 |
| Total      | 4.810.689  | 75,67 | 1.160.943 | 18,26 | 120.336      | 1,90 | 246.431       | 3,86  | 19.044    | 0,31 | 6.357.443 | 100,00 |

Fonte: Tabulações Avançadas do Censo Demográfico - 1970.

2ª HIPÓTESE DE TRABALHO: Os setores de atividades urbanas proporcionam maior rendimento mensal que o setor de atividade rural.

Os dados censitários de 1970, relacionados à população economicamente ativa, conforme Quadro 11, evidenciam que 72,26% da população economicamente ativa inserida no setor primário têm seu rendimento médio mensal na primeira e segunda categorias, ou seja, de "até Cr\$ 100,00" a Cr\$ 200,00. Acrescentando-se os 14,71% referentes à categoria sem remuneração e sem declaração, pode-se afirmar que 88,98% da população inserida no setor primário percebe um rendimento médio mensal de Cr\$ 0,00 a Cr\$ 200,00.

O setor secundário apresenta 73,17% de seu total entre Cr\$ 101,00 e Cr\$ 500,00, sendo que a categoria referente a sem remuneração e sem declaração ocupa apenas 1,85% do total.

O setor terciário apresenta uma percentagem crescente da primeira à terceira categorias, perfazendo assim um total de 71,17% de "até Cr\$ 100,00" a Cr\$ 500,00. A última categoria, ou seja, sem remuneração e sem declaração ocupa 6,55% do total.

Em relação a este setor, há uma observação interessante a se acrescentar. Conforme teve-se oportunidade de salientar, foi incluído no mesmo, o setor "prestação de serviços". Apenas este setor apresenta 351.753 pessoas percebendo um rendimento médio mensal de "até Cr\$ 100,00"; esta quantidade representa 73,40% do total da categoria acima referida. Poder-se-ia incluir na mesma as empregadas domésticas, serventes de pedreiro, a população que presta pequenos serviços, etc.

Quadro 11 - Rendimento Médio Mensal da População Economicamente Ativa no Estado de São Paulo em 1970.

| Setor      | Até 100 |       | 101 a 200 |       | 201 a 500 |       | 501 a 2.000 |       | 2.001 e + |      | S/Remuneração e S/Declaraç. |       | Total     |        |
|------------|---------|-------|-----------|-------|-----------|-------|-------------|-------|-----------|------|-----------------------------|-------|-----------|--------|
|            | Nº      | %     | Nº        | %     | Nº        | %     | Nº          | %     | Nº        | %    | Nº                          | %     | Nº        | %      |
| Primário   | 395.969 | 29,85 | 562.512   | 42,41 | 126.229   | 9,52  | 41.211      | 3,10  | 5.386     | 0,41 | 195.112                     | 14,71 | 1.326.439 | 100,00 |
| Secundário | 114.954 | 5,80  | 639.047   | 32,23 | 811.927   | 40,94 | 336.178     | 16,95 | 44.197    | 2,23 | 36.731                      | 1,85  | 1.983.034 | 100,00 |
| Terciário  | 479.014 | 15,72 | 711.101   | 23,33 | 979.127   | 32,12 | 610.580     | 20,03 | 83.881    | 2,75 | 184.267                     | 6,05  | 3.047.970 | 100,00 |
| Total      | 989.957 | 15,57 | 1.912.660 | 30,08 | 1.917.293 | 30,16 | 987.969     | 15,54 | 133.464   | 2,10 | 416.110                     | 6,55  | 6.357.443 | 100,00 |

Fonte: Tabulações Avançadas do Censo Demográfico - 1970.

Assim, comparando os três setores pode-se afirmar que o relacionado às atividades industriais apresenta os rendimentos médios mais altos. Entretanto, conforme se salientou, é este setor que demanda o operário qualificado. Acrescenta-se ainda, que na área urbana se o trabalhador não pode ser absorvido pela atividade industrial, existe a alternativa de Setor de Serviços, onde a pessoa ainda que não qualificada poderá ser ocupada, embora o rendimento médio mensal, em determinadas circunstâncias, seja menor.

A aplicação do teste do  $X^2$  permite concluir que há diferença significativa entre os setores de atividade ao nível de 1%. Assim, estatisticamente, pode-se afirmar que há diferença significativa no que diz respeito ao rendimento médio mensal. Esta constatação vem confirmar a segunda hipótese de trabalho, ou seja, que os setores de atividade urbana proporcionam um maior rendimento mensal que o setor de atividade rural.

3ª HIPÓTESE DE TRABALHO: A população inserida nos setores de atividades urbanas apresentam grau de escolaridade mais elevado que a população inserida no setor de atividade rural.

Os dados referentes ao Censo de 1970, relacionados à população economicamente ativa evidenciam que:

Quadro 12 - Grau de Escolaridade da População Economicamente Ativa no Estado de São Paulo em 1970.

| Setor      | 1 ano   |       | 2 anos  |       | 3 anos  |       | 4 e 5 anos |        | 6 a 9 anos |       | 10 a 12 anos |       | 13 a 17 anos |       | Analfabetos e Sem Declaração |       | Total     |        |
|------------|---------|-------|---------|-------|---------|-------|------------|--------|------------|-------|--------------|-------|--------------|-------|------------------------------|-------|-----------|--------|
|            | Nº      | %     | Nº      | %     | Nº      | %     | Nº         | %      | Nº         | %     | Nº           | %     | Nº           | %     | Nº                           | %     | Nº        | %      |
| Primário   | 139.378 | 10,51 | 195.169 | 13,96 | 302.634 | 15,28 | 260.893    | 19,66  | 23.791     | 1,79  | 7.449        | 0,56  | 4.262        | 0,32  | 502.959                      | 37,93 | 1.326.432 | 100,00 |
| Secundário | 123.367 | 9,22  | 173.195 | 12,73 | 248.905 | 12,15 | 775.896    | 59,13  | 1.021.695  | 11,18 | 96.241       | 7,45  | 53.473       | 4,04  | 291.425                      | 22,70 | 1.383.034 | 100,00 |
| Terciário  | 148.781 | 11,28 | 206.742 | 15,42 | 292.369 | 14,56 | 1.084.864  | 83,60  | 427.400    | 14,02 | 330.930      | 25,86 | 171.433      | 13,62 | 386.551                      | 29,68 | 2.547.970 | 100,00 |
| Total      | 411.526 | 31,00 | 565.056 | 42,11 | 742.808 | 35,07 | 2.121.611  | 160,35 | 672.890    | 25,00 | 434.560      | 33,25 | 238.097      | 18,59 | 1.160.225                    | 89,33 | 6.357.443 | 100,00 |

Fonte: Tabulações Avançadas do Censo Demográfico - 1970.

Analisando cada um dos setores, depara-se o seguinte:

Em relação ao setor primário verifica-se que 39,75% da população economicamente ativa possui até o 3º ano primário. Os analfabetos e sem declaração perfazem um total de 37,92%. Assumindo que 10% deste total são os não declarados (o que já é uma percentagem bastante elevada em relação aos demais dados censitários) poder-se-ia afirmar que 452.663 são analfabetos; tal quantidade em percentagem representa 34,13% do total. Apenas 2,67% cabe aos demais anos escolares.

No setor secundário observa-se que 27,50% corresponde aos três primeiros anos escolares; 39,13% a 4 e 5 graus de escolaridade e 14,70% aos analfabetos e sem declaração. Assumindo a mesma percentagem (10%) para os não declarados, verifica-se que o número de analfabetos é da ordem de 262.282, ou seja, 13,23% do total. O número dos que obtiveram de 6 a 17 anos escolares corresponde a 18,67%.

O setor terciário tem o seu total assim dividido: 21,22% para os três primeiros anos escolares; 35,60% correspondentes a 4 e 5 anos e 12,68% para os analfabetos e sem declaração. Efetuando o mesmo raciocínio, ou seja, atribuindo 10% aos sem declaração, restariam 347.896 analfabetos, correspondente a 11,41%. O total para os demais anos escolares perfaz 30,50%.

A categoria "prestação de serviços" inserida no setor terciário perfaz 47,26% do total de analfabetos contidos neste setor e 40,30% dos que contam com os três primeiros anos escolares.

Assim, pode-se afirmar que a população economicamente ativa pertencente ao setor primário apresenta não apenas um grau de escolaridade menor, como também maior número de analfabetos. Recolocando o problema do número de pessoas pertencentes a este setor

que frequentam as escolas secundárias, os dados revelam que das 260.851 pessoas que dispõem dos 4 anos primários, apenas 23.791 contam com 6 a 9 anos escolares (9,12%). Comparativamente o setor secundário apresenta uma percentagem de 28,57% e o terciário de 39,39%.

O resultado da aplicação do teste do  $X^2$  evidencia uma diferença significativa entre os setores ao nível de 1%, o que vem apoiar estatisticamente a afirmação de que há diferença significativa entre os setores no que diz respeito ao grau de escolaridade. Isto vem portanto, confirmar a terceira hipótese de trabalho.

4ª HIPÓTESE DE TRABALHO: Há desequilíbrio entre as áreas rural e urbana no que diz respeito à moradia, em relação aos seguintes aspectos: número de casas particulares, abastecimento de água e rede de esgoto.

Em relação a cada um destes aspectos, os dados censitários de 1970 apresentam os resultados que se pode deparar dos Quadros 13, 14 e 15.

Estes dados permitem afirmar que:

As áreas urbanas absorvem 81,84% do total das moradias particulares do Estado, com uma média de 4,6 habitantes por residência, cabendo às áreas rurais apenas 18,16%, com uma média de 5,1 habitantes por residência.



Quadro 13 - Casas Particulares nas Áreas Rural e Urbana do Estado de São Paulo, em 1970.

| Área   | Própria   |       | Alugada   |       | Outras Condições |       | Sem Declaração |      | Total     |        |
|--------|-----------|-------|-----------|-------|------------------|-------|----------------|------|-----------|--------|
|        | Nº        | %     | Nº        | %     | Nº               | %     | Nº             | %    | Nº        | %      |
| Urbana | 1.722.782 | 56,06 | 1.081.914 | 35,21 | 266.542          | 8,67  | 1.916          | 0,06 | 3.073.154 | 100,00 |
| Rural  | 225.169   | 33,01 | 60.736    | 8,91  | 396.127          | 58,08 | -              | -    | 682.032   | 100,00 |
| Total  | 1.947.951 | 51,87 | 1.142.650 | 30,43 | 662.669          | 17,65 | 1.916          | 0,06 | 3.755.186 | 100,00 |

Fonte: Tabulações Avançadas do Censo Demográfico - 1970.

Quadro 14 - Abastecimento de Água nas Habitações Rurais e Urbanas em 1970.

| Área   | Rede Geral |       | Poço ou Nascente |       | Outra Forma de Abastecimento |       | Sem de-<br>claração |      | Total     |        |
|--------|------------|-------|------------------|-------|------------------------------|-------|---------------------|------|-----------|--------|
|        | Nº         | %     | Nº               | %     | Nº                           | %     | Nº                  | %    | Nº        | %      |
| Urbana | 2.117.058  | 68,89 | 815.718          | 26,54 | 139.994                      | 4,56  | 384                 | 0,01 | 3.073.154 | 100,00 |
| Rural  | 49.959     | 7,27  | 428.092          | 62,32 | 208.883                      | 30,41 | -                   | -    | 686.934   | 100,00 |
| Total  | 2.167.017  | 57,63 | 1.243.810        | 33,08 | 348.877                      | 9,28  | 384                 | 0,01 | 3.760.088 | 100,00 |

Fonte: Tabulações Avançadas do Censo Demográfico - 1970.

Quadro 15 - Rede de Esgoto nas Habitações Rurais e Urbanas em 1970.

| Área   | Rede Geral e Fossa Séptica |       | Fossa Rudimentar e Outro Escoadouro |       | Sem Instalação Sanitária |       | Sem Declaração |      | Total     |        |
|--------|----------------------------|-------|-------------------------------------|-------|--------------------------|-------|----------------|------|-----------|--------|
|        | Nº                         | %     | Nº                                  | %     | Nº                       | %     | Nº             | %    | Nº        | %      |
| Urbana | 1.860.795                  | 60,55 | 1.130.102                           | 36,77 | 81.937                   | 2,67  | 320            | 0,01 | 3.073.154 | 100,00 |
| Rural  | 58.341                     | 8,55  | 343.642                             | 50,39 | 280.049                  | 41,06 | -              | -    | 682.032   | 100,00 |
| Total  | 1.919.136                  | 51,11 | 1.473.744                           | 39,24 | 361.986                  | 9,64  | 320            | 0,01 | 3.755.186 | 100,00 |

Fonte: Tabulações Avançadas do Censo Demográfico - 1970.

Enquanto os proprietários das habitações urbanas elevam-se para 56,06%, os das habitações rurais são 33,01%. Estes dados em parte vêm comprovar uma das afirmações anteriores, que evidenciou o estímulo através de projetos habitacionais nas áreas urbanas. Em contraposição, na categoria referente a outras condições acham-se apenas 8,67% das residências urbanas e 58,08% das rurais. Esta alta percentagem atribuída à área rural parcialmente está relacionada ao direito de moradia no local de trabalho.

Analisando-se os aspectos referentes ao abastecimento de água e rede de esgoto, verifica-se que 68,89% das moradias urbanas dispõem de rede geral de abastecimento de água e 60,55% de rede geral de esgoto e fossa séptica; em contraposição, apenas 7,27% das habitações rurais contam com rede geral de abastecimento de água e 8,55% rede geral de esgoto e fossa séptica. Vê-se assim, que as condições de moradia na área urbana nos aspectos analisados são melhores que as da área rural.

Entretanto, conforme ressaltou-se anteriormente, a área urbana dispõe também de habitações que não apresentam condições diferentes das da área rural. Isto explica porque 26,54% das moradias urbanas utilizam poço ou nascente e 4,56%, outra forma de abastecimento, 36,77% contam com fossa rudimentar e outro escoadouro e 2,77% não apresentam instalações sanitárias, No entanto, em termos comparativos, 62,32% das habitações rurais utilizam água de poço ou nascente e 30,41% dispõem de outra forma de abastecimento; 50,39% contam com fossa rudimentar e outra forma de escoadouro e 41,06% não dispõem de instalações sanitárias.

A aplicação do teste do  $X^2$  evidenciou a diferença significativa em todos os dados apresentados. Assim, pode-se afirmar que as moradias urbanas e rurais ao nível de 1% são significativamente diferentes no que diz respeito ao número de casas particula-

res, abastecimento de água e rede de esgoto. Está portanto, comprovada a 4ª hipótese de trabalho, ou seja, pode-se afirmar que há de se equilíbrio entre as áreas rural e urbana no que diz respeito à moradia em relação aos aspectos anteriormente mencionados.

Evidentemente, a complexidade do problema objeto deste estudo, não pode ser totalmente esgotado pela comprovação das quatro hipóteses de trabalho. Entretanto, as mesmas ressaltam pontos relevantes; entre outros, citar-se-ia:

1) A comparação entre os setores primário e secundário indicou que a população economicamente ativa inserida no setor industrial apresenta rendimentos médios mensais e grau de educação formal mais elevados.

2) Na comparação entre os setores primário e terciário, considerando este último de forma global, o mesmo resultado se repete. O problema de condições inferiores permanece no setor terciário, apenas quando se toma algumas categorias dentro do mesmo.

3) A área urbana oferece melhores condições de moradia. Embora não se possa afirmar que toda a sua população possa usufruir de recursos como rede geral de água e esgoto, em termos comparativos, maior percentagem de pessoas na área urbana é beneficiada pelos mesmos.

4) A área urbana se não oferece maiores oportunidades de emprego, pelo menos, apresenta alternativas mais amplas; porque ela não pode absorver a mão-de-obra de forma total, há evidência de sobrecarga no setor terciário gerando o sub-emprego como uma de suas consequências.

Concluindo, pode-se afirmar que a verificação das quatro hipóteses de trabalho vem comprovar o desequilíbrio sócio-econômico entre as áreas rural e urbana no Estado de São Paulo. A análise

permite afirmar que este desequilíbrio manifesta-se através de melhores condições para a área urbana quando comparada à área rural.

Esta afirmativa vem confirmar a hipótese geral deste estudo. Assim, pode-se afirmar que a migração rural-urbana no Estado de São Paulo explica-se pelo desequilíbrio sócio-econômico existente entre as áreas rural e urbana. Este desequilíbrio é provocado por fatores de repulsão existentes na área rural e fatores de atração na área urbana.

Entretanto, o presente trabalho não pretendeu elaborar um estudo analítico de todos os fatores responsáveis pelo processo de migração. Assim, sugere-se que análises posteriores evidenciem quais os fatores que os migrantes apontam como sendo responsáveis pelo seu movimento. Um estudo desta natureza viria enriquecer a compreensão do problema, na medida em que os fatores subjetivos que fogem do foco da presente abordagem, passassem a ser objeto de análise, proporcionando uma visão mais global do processo de migração rural-urbana no Estado de São Paulo.

C A P Í T U L O   V  
RESUMO E CONCLUSÕES

Utilizando os dados referentes ao Estado de São Paulo, verificou-se que houve um aumento da população urbana com diminuição da população rural. Este incremento não poderia ser explicado pelo crescimento natural da população; assim, considerando os dois importantes fluxos migratórios: inter-estadual e rural-urbano optou-se, por razões metodológicas, pelo estudo do fluxo migratório rural-urbano no Estado de São Paulo.

Elaborando a revisão bibliográfica sobre literatura referente à migração, duas alternativas teóricas apresentaram-se possíveis de serem utilizadas como suporte ao presente trabalho: (a) Teoria de atração-repulsão e (b) Abordagem objetiva. Após uma crítica a estas alternativas, a teoria de atração-repulsão foi utilizada como quadro de referência teórico.

Fundamentada neste quadro de referência, a hipótese geral a ser verificada foi a seguinte: "A migração rural-urbana no Estado de São Paulo explica-se pelo desequilíbrio sócio-econômico existente entre as áreas rural e urbana. Este desequilíbrio é provocado por fatores de repulsão existentes na área rural e fatores de atração existentes na área urbana.

Para verificar-se esta hipótese foram utilizados dados censitários. O estudo analítico das áreas rural e urbana separadamente permitiu verificar a existência de fatores de repulsão e atração, respectivamente. A comprovação parcial da hipótese geral levou à análise comparativa de ambas as áreas, através das quatro hipóteses de trabalho:

1) Há desequilíbrio entre os setores de atividade rural e urbano em relação à posição na ocupação.

2) Os setores de atividades urbanos proporcionam maior rendimento mensal que o setor de atividade rural.



3) A população inserida nos setores de atividades urbanas apresentam grau de escolaridade mais elevado que a população inserida no setor de atividade rural.

4) Há desequilíbrio entre as áreas rural e urbana no que diz respeito à moradia, em relação aos seguintes aspectos: número de casas particulares, abastecimento de água e rede de esgoto.

Para a verificação destas hipóteses de trabalho, foram utilizados os dados do Censo de 1970. A aplicação do teste do  $X^2$  veio confirmar a existência do desequilíbrio sócio-econômico entre as áreas rural e urbana.

A confirmação da hipótese geral considerada por este estudo permite concluir que:

1) A área rural paulista apresenta fatores sócio-econômicos de repulsão. Estes fatores estão parcialmente ligados às transformações que vem sofrendo o setor agrícola, como:

- a) O incremento no uso de implementos agrícolas.
- b) A expansão das áreas de pastagens.
- c) A especialização de culturas nas várias regiões do Estado.

Há outros fatores na área rural que também são de repulsão. Estes fatores relacionam-se à ausência de recursos. Entre os que foram considerados por este estudo, um dos únicos presentes no meio rural é o referente à educação primária.

2) A área urbana paulista apresenta fatores sócio-econômicos de atração. Entre outros fatores pode-se citar:

- a) O setor urbano apresenta-se mais diferenciado, uma vez que as alternativas de ocupação estão em função do setor industrial e de serviços, que exigem

gradativamente uma maior qualificação profissional.

- b) Na área urbana estão situadas as instituições educacionais nos diversos níveis, com períodos diurno e noturno e as escolas técnicas.
- c) A área urbana apresenta uma gama de recursos que se fazem presentes pela própria exigência do processo de industrialização, tais como saúde, recreação, infraestrutura, etc.

3) A análise concomitante das áreas rural e urbana através das quatro hipóteses de trabalho, permite afirmar que existe desequilíbrio sócio-econômico entre as áreas rural e urbana. A verificação destas hipóteses mostra que este desequilíbrio manifesta-se através de melhores condições para a área urbana quando comparada à rural. Entretanto, a análise dos dados permite também concluir que, embora a área urbana apresente melhores condições, os recursos nela existentes não são suficientes para suprir toda a sua população.

4) A partir do quadro de referência teórico que foi utilizado como suporte para a análise das áreas rural e urbana do Estado de São Paulo, pode-se concluir que a migração rural-urbana es tá ligada ao desequilíbrio sócio-econômico entre estas áreas. Decorrente disto, pode-se afirmar que fatores sócio-econômicos existentes, tanto na área urbana como rural, estão relacionados ao flu xo migratório rural-urbano, que se apresenta como um dos fluxos responsáveis pelo crescimento rápido da população urbana do Estado de São Paulo.

## SUMMARY AND CONCLUSIONS

It was confirmed by the use of data in reference to the State of São Paulo, that there was an increase of urban population with a decrease of rural population. This growth could not be explained by the populational natural increase, therefore by methodological reasons considering between the two important migrations streams: inter-state and rural-urban, the rural urban migration stream was chosen to be studied.

Elaborating upon all the literature in reference to migration, two alternatives were possible to be utilized as to the support of this study made. They are: (a) Pull-Push Theory; (b) Objective approach. A critical analysis was made of the alternatives and the Pull-Push Theory was utilized as the theoretical framework.

Based in this framework the general hypothesis to be verified was the following: "The rural-urban migration in the State of São Paulo is explained by the social-economic unbalance between the rural and the urban areas. This unbalance is caused by Push factors existing in the rural areas and pull factors existing in the urban areas".

To prove this hypothesis the Census data was utilized. It was possible to verify the existence of the Pull and Push Factors through the separate study of both the rural and the urban areas. This hypothesis was partially confirmed and it allowed the comparative analysis of both areas through four partial hypothesis related with employment status, monthly income average, education and housing.

To verify this, the Census data of 1970 was utilized. The application of the  $X^2$  test confirmed the existence of a social-economic unbalance between the rural and urban areas.

Being that this hypothesis was confirmed it can be concluded that:

1) There exists social-economic push factors in the Paulista rural areas. These factors are partially related with the transformation occurring in the agricultural sector as:

- a) The increase of agricultural equipment.
- b) The expansion of the livestock areas.
- c) The cultural specialization in several regions of the State.

There are also other factors in the rural area which are push factors. These factors are related with the lack of resources, for example, among those considered by this study is that of primary education.

2) The Paulista urban area has social-economic pull factors. Among others it can be stated that:

- a) The urban sector differentiates itself from the rural because is employment alternatives work in function of the industrial service sectors. In return it requires of its personnel a greater professional qualification.
- b) Located in the urban areas are educational institutions with its different grade levels and day/night periods. In addition to this they also have technical schools.
- c) The urban area has several recourses which are part of the exigencies of the industrialization process such as: health, recreation, infrastructure and so on.

3) The concomitant analysis of the rural and urban areas through the four hypothesis stated here, allowed us to affirm that there are social-economic imbalance between the urban and rural areas. The verification of this hypothesis shows that this imbalance is evident because the urban area presents better conditions compared to the rural area. However, even though, the urban area presents better conditions, analysing the data given to us, allowed us to conclude that there are not sufficient recourses to supply all of its population.

4) Having the theoretical framework as the basis of the analysis made of the rural and urban areas of the State of São Paulo, it can be concluded that the rural-urban migration is linked with the social-economic imbalance of these areas. Originating from this, it can be said, that the social-economic factors existing in the rural as well as in the urban area, are related to the rural-urban migration stream, which is considered responsible for the rapid increase of the population of the State of São Paulo.

## BIBLIOGRAFIA

Almeida, V.L. e Mendes Sobrinho, Octávio T.

1951 Migração Rural Urbana. São Paulo: Secretaria da Agricultura.

Beijer, G.

1963 Rural Migrants and Setting. The Hague: Martinus Nijhoff.

Bogue, D.J.

1965 Internal Migration with Special Reference to Urban Rural Development. Belgrade: United Nations.

Bogue, D.J. e Hauser, P.M.

1965 Population Distribution, Urbanism and Internal Migration. Belgrade: United Nations.

Bosco, Santa H. e Jordão Netto, A.

1967 Migrações. São Paulo: Setor de Estudos e Pesquisas Sociológicas. Departamento de Imigração e Colonização. Secretaria da Agricultura.

Bosco, Santa H.

1969 "Motivações Locais e Externas das Migrações para São Paulo". Promoção Humana, I (3), p. 31 a 38.

Briones, Guillermo

1963 "Movilidad Ocupacional y Mercado de Trabajo en el Peru". America Latina, 6 (3), julho-setembro, p. 64 a 77.



Brazilian Embassy

1966 Survey of the Brazilian Economy. Washington, D.C.

Caldeira, Clovis

1960 Menores no Meio Rural. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. INEP.

Camargo, José Francisco

1960 Êxodo Rural no Brasil. Rio de Janeiro: Conquista.

Costa, Manuel A.

1971 Política de Migrações Internas. Rio de Janeiro: IPEA/INPS.

Costa Pinto, L.A.

1963 Sociologia e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A.

Dicionário de Sociologia Globo

1969 Porto Alegre: Globo.

Furtado, Celso

1961 Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

Furtado, Celso

1967 Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Nacional.

Germani, Gino

1968 Política y Sociedad en una Época de Transición. Buenos Aires: Paidós.

Germani, Gino

- 1969 Sociologia de la Modernizacion - Estudios Teóricos Metodológicos y Aplicados a América Latina. Buenos Aires: Paidós.

Goldstein, S.

- 1958 Patterns of Mobility - 1910-1950. The Norristown Study. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press.

Gouveia, A.J. e Havighurst, R.J.

- 1969 Ensino Médio e Desenvolvimento. São Paulo: Melhoramentos.

Graham, D.H.

- 1971 Algumas Considerações Econômicas para a Política Migratória no Meio Brasileira. Rio de Janeiro: IPEA/INPS.

Gugler, J.

- 1969 On the Theory of Rural-Urban Migration The Case of Subsaharan Africa. Cambridge: Cambridge at the University Press.

Hauser, P.M.

- 1961 La Urbanizacion en América Latina. Bélgica: G. Thone Liege.
- 1970 Housing Plan, financed by the National Bank for Dwellings. Brazil.

Ianni, Octávio

1963 Industrialização e Desenvolvimento Social do Brasil.  
Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A.

IBGE

1968 Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: Ministério de Planejamento e Coordenação Geral.

IBGE

1970 Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: Ministério de Planejamento e Coordenação Geral.

IBGE

1969 Atualidade Estatística do Brasil.

IBGE

1950 Censo Agrícola do Estado de São Paulo. Conselho Nacional de Estado.

IBGE

1960 Censo Agrícola de São Paulo. Série Regional, Volume II, Tomo XI, primeira e segunda partes.

IBGE

1960 Censo Industrial de São Paulo. Série Regional, Volume III, Tomo VI.

IBGE

1966 O Brasil em Números. Conselho Nacional de Estatística.

IBGE

1950 VI Recenseamento Geral do Brasil. Censo Demográfico - Estado de São Paulo. Conselho Nacional de Estatística.

IBGE

1971 Sinópsese Estatística do Brasil. Ministério de Planejamento e Coordenação Geral. Departamento de Censos.

IBGE

1970 Sinópsese Preliminar do Censo Demográfico - VIII Recenseamento Geral. Ministério de Planejamento e Coordenação Geral. Departamento de Censos.

IBGE

1970 Tabulações Avançadas do Censo Demográfico. VIII Recenseamento Geral. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Departamento de Censos.

Jackson, J.A.

1969 Migration. Cambridge: Cambridge at the University Press.

Jansen, C.J.

1966 Migration - A Sociological Problem. Toronto: Pergamon Press.

Jansen, C.J.

1969 Some Sociological Aspects of Migration. Cambridge: Cambridge at the University Press.

Jordão Netto, A.

1969 "As fascinantes migrações internas em função da indústria brasileira". *Promoção Humana*, I (5), p. 52 a 60.

Jordão Netto, A.

"Há duas correntes de Opinião que divergem sobre Vantagens ou não das migrações para São Paulo". *Promoção Humana*, II (8), p. 24 a 29.

Jordão Netto, A.

"Migrações Internas no Brasil num resumo de seus cinco séculos". *Promoção Humana*, II (7), p. 44 a 48.

Jordão Netto, A.

1969 "Migrações Internas: Subsídios para Elaboração de Uma Política Nacional". *Promoção Humana*, II (12), p. 35 a 38.

Jordão Netto, A.

1972 "Migrações Internas e Desenvolvimento no Brasil". *Promoção Humana*, III (14), p. 16 a 23.

Jordão Netto, A.

1968 "Migração Rural-Urbana obedece a três fatores". *Promoção Humana*, I (1), p. 48 a 55.

Lambert, Jacques

1967 Os dois Brasis. São Paulo: Editora Nacional.

Lee, Everett S.

1969 A Theory of Migration. Cambridge: Cambridge at the University Press.

Levy, Herbert V.

1968 A Vida Rural Paulista. São Paulo: Pioneira Editora.

Lind, Harold

1969 Internal Migration in Britain. Cambridge: Cambridge at the University Press.

Loeb, G.F.

1957 Industrialization and Balanced Growth with Special Reference to Brazil. Groningen: J.B. Wolters.

Lopes, J.R. Brandão

1968 Desenvolvimento e Mudança Social. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Marcondes, J.V. Freitas

1968 Aspectos do Trabalho e do Lazer em São Paulo. São Paulo: Pioneira Editora.

Mascaro, Carlos C.

1968 Educação Paulista. São Paulo: Pioneira Editora.

Mattos, M.D. Romero de

1972 Factors contributing to the Growth of Urban Population in São Paulo State - Brazil. The Hague: Institute of Social Studies (não publicada).

Molina Filho, José

1969 A Força do Trabalho na Agricultura Brasileira. Piracicaba: Departamento de Economia, ESALQ/USP, Série Pesquisa nº 8.

Molina, M. Ignez G.

- 1970 Migração Rural-Rural - Análise Sociológica da Migração dos Parceleiros do Projeto Iguatemi. Piracicaba: ESALQ/USP.

Ministry of External Relations

Brasil, 1966. Brasil: Administration Department.

Moraes, Nelson Luiz A.

- 1971 Migrações Internas e Saúde Coletiva. Rio de Janeiro: IPEA/INPS.

Morril, Richard L.

- 1965 Migration and the Spread and Growth of Urban Settlement. Lund Studies in Geography, Série B (26).

Nações Unidas

- 1953 Factores Determinantes y Consecuencias de las Tendencias Demográficas. New York.

Pastore, José

- 1969 Brasília, a Cidade e o Homem. São Paulo: Editora Nacional.

Pastore, José

- 1971 Migração, Mobilidade Social e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: IPEA/INPS.

Petrone, Pasquale

- 1968 A Vida Urbana Paulista. São Paulo: Pioneira: Editora.

Promoção Humana

Revista da Secretaria da Promoção Social, II (9).

Secretaria da Economia e Planejamento

1970 São Paulo Desenvolvimento Atlas.

Secretaria da Promoção Social

Diretrizes de Política de Ação no Setor de Promoção Social. São Paulo.

Schuh, G.E.

1971 O Desenvolvimento da Agricultura no Brasil. Rio de Janeiro: APEC Editora S.A.

Singer, Paul

1972 Migrações Internas - Considerações Teóricas sobre seu Estudo. Edição mimeografada.

SOBER

1966 Anais da IV Reunião da Sociedade Brasileira de Economistas Rurais. São Paulo.

Solari, A.E.

1968 População Rural, em Sociologia Rural Latino-Americana. Buenos Aires: Paidós.

Taylor, L.

1968 Urban-Rural Problem. Califórnia: Dickenson Publishing Company Belmont.



Taylor, R.C.

1969 Migration and Motivation. Cambridge: Cambridge at  
the University Press.

United Nations

1970 Methods of Measuring Internal Migration. New York: De  
partment of Economic and Social Affairs.

Villaça, M.J.

1968 Aspectos da Economia Paulista. São Paulo: Pioneira  
Editora.

Vinhas, M.

1968 Problemas Agrários - Camponeses do Brasil. Rio de Ja  
neiro: Civilização Brasileira S.A.

A P Ê N D I C E 1  
QUADRO REFERENTE ÀS  
REGIÕES ADMINISTRATIVAS  
DO ESTADO DE SÃO PAULO

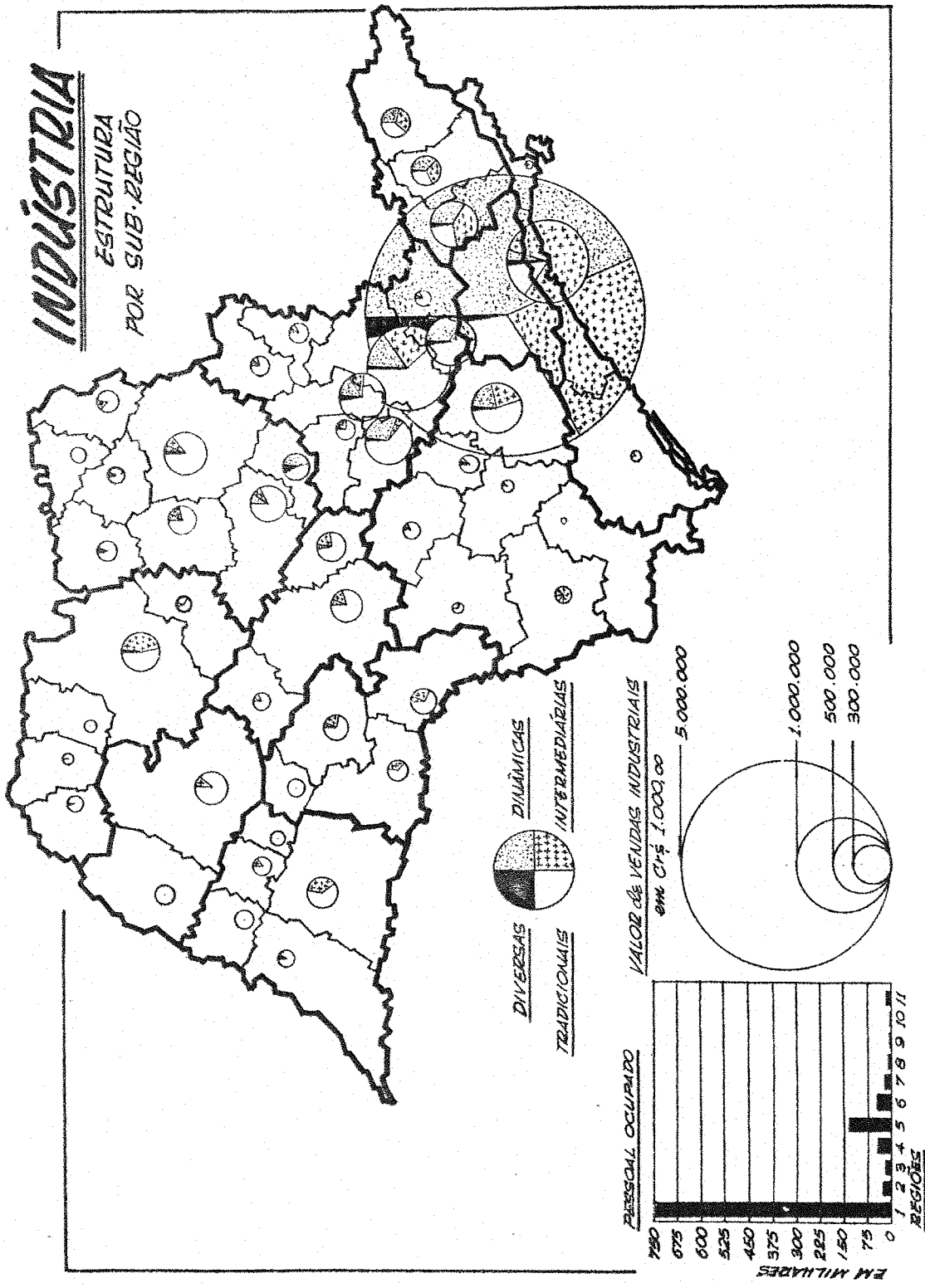
Quadro 16 - Distribuição da População Rural e Urbana, nas 11 Regiões Administrativas em 1960 e 1970.

| Regiões          | Urbana          |           | %         |           | Rural   |         | %       |         | Total     |           | 1970/1960 (%) |        |        |
|------------------|-----------------|-----------|-----------|-----------|---------|---------|---------|---------|-----------|-----------|---------------|--------|--------|
|                  | 1960            | %         | 1970      | %         | 1960    | %       | 1970    | %       | 1960      | 1970      | Urbana        | Rural  | Total  |
|                  | Grande S. Paulo | 4.415.593 | 87,95     | 8.125.167 | 96,86   | 819.631 | 12,05   | 753.369 | 3,14      | 5.233.224 | 8.878.536     | 84,17  | -64,90 |
| S. Paulo Ext.    | 440.316         | 78,50     | 716.969   | 85,70     | 120.313 | 21,50   | 119.788 | 14,30   | 560.629   | 836.484   | 62,80         | -0,40  | 49,2   |
| Vale do Paraíba  | 351.443         | 60,00     | 585.209   | 74,40     | 234.329 | 40,00   | 201.286 | 25,60   | 585.722   | 786.495   | 66,50         | -14,10 | 34,3   |
| Sorocaba         | 432.655         | 48,70     | 639.209   | 58,2      | 454.956 | 51,3    | 459.808 | 41,80   | 887.211   | 1.099.017 | 47,90         | 1,10   | 23,9   |
| Campinas         | 921.866         | 59,80     | 1.580.958 | 74,50     | 618.542 | 40,20   | 541.170 | 25,50   | 1.540.408 | 2.122.128 | 71,50         | -12,50 | 37,8   |
| Ribeirão Preto   | 647.252         | 53,70     | 1.002.301 | 71,50     | 557.169 | 46,30   | 398.927 | 28,50   | 1.204.421 | 1.401.228 | 54,90         | -28,40 | 16,3   |
| Bauru            | 273.907         | 48,10     | 372.224   | 68,40     | 295.181 | 51,90   | 171.946 | 31,60   | 569.088   | 544.170   | 35,90         | -41,80 | -4,4   |
| S. José R. Preto | 335.343         | 37,30     | 497.765   | 54,50     | 562.551 | 62,70   | 415.090 | 45,50   | 897.894   | 912.855   | 48,40         | -26,20 | 1,7    |
| Araçatuba        | 187.240         | 38,30     | 306.510   | 57,50     | 301.658 | 61,70   | 226.110 | 42,50   | 488.898   | 532.620   | 63,70         | -26,20 | 8,9    |
| Pres. Prudente   | 268.307         | 36,40     | 359.569   | 50,70     | 467.832 | 63,60   | 350.296 | 49,30   | 736.139   | 709.865   | 34,00         | -25,10 | 3,6    |
| Marília          | 286.061         | 40,50     | 377.882   | 55,70     | 419.781 | 59,50   | 300.462 | 44,30   | 705.842   | 678.344   | 32,10         | -28,40 | 3,9    |

Fontes: Tabulações Avançadas do Censo Demográfico - VIII Recenseamento Geral - 1970. (O Estado de São Paulo).

A P Ê N D I C E 2  
MAPAS REFERENTES ÀS  
REGIÕES ADMINISTRATIVAS  
DO ESTADO DE SÃO PAULO





A P Ê N D I C E 3  
TABELAS REFERENTES À  
APLICAÇÃO DO TESTE DO  $\chi^2$

Quadro 17 - Posição na Ocupação.

|            | (1)        |        | (2)       |        | (3)          |        | (4)           |        | (5)          |        |
|------------|------------|--------|-----------|--------|--------------|--------|---------------|--------|--------------|--------|
|            | Empregados | %      | Autônomos | %      | Empregadores | %      | S/remuneração | %      | S/declaração | %      |
|            | Nº         |        | Nº        |        | Nº           |        | Nº            |        | Nº           |        |
| Primário   | 671.611    | 13,96  | 457.078   | 39,37  | 32.740       | 27,21  | 164.782       | 66,87  | 228          | 1,20   |
| Secundário | 1.773.626  | 36,87  | 161.792   | 13,94  | 40.670       | 33,80  | 6.862         | 2,78   | 14           | 0,44   |
| Terciário  | 2.365.452  | 49,17  | 542.073   | 46,69  | 46.926       | 38,99  | 74.787        | 30,35  | 18.732       | 98,36  |
| Total      | 4.810.689  | 100,00 | 1.160.943 | 100,00 | 120.336      | 100,00 | 246.431       | 100,00 | 19.044       | 100,00 |

$\chi^2 = 762.813,98$        $\chi^2_{0,01} = 16,81$  com 6 G.L.

Para efeito de aplicação do  $\chi^2$  as colunas (4) e (5) foram agrupadas.



Quadro 18 - Rendimento Médio Mensal (Cr\$).

|            | Até 100 |        | 101 a 200 |        | 201 a 500 |        | 501 a 2.000 |        | 2.001 ou mais |        | S/remuneração e S/declaração |        | Total     |   |
|------------|---------|--------|-----------|--------|-----------|--------|-------------|--------|---------------|--------|------------------------------|--------|-----------|---|
|            | Nº      | %      | Nº        | %      | Nº        | %      | Nº          | %      | Nº            | %      | Nº                           | %      | Nº        | % |
| Primário   | 395.989 | 40,00  | 562.512   | 29,41  | 126.229   | 6,58   | 41.211      | 4,17   | 5.386         | 4,03   | 195.112                      | 46,89  | 1.326.439 |   |
| Secundário | 114.954 | 11,61  | 639.027   | 33,41  | 811.927   | 42,35  | 336.178     | 34,03  | 44.197        | 33,12  | 36.731                       | 8,82   | 1.983.034 |   |
| Terciário  | 479.014 | 48,39  | 711.101   | 37,18  | 979.127   | 51,07  | 610.580     | 61,80  | 83.881        | 62,85  | 184.267                      | 44,29  | 3.047.970 |   |
| Total      | 989.957 | 100,00 | 1.912.640 | 100,00 | 1.917.283 | 100,00 | 987.969     | 100,00 | 133.464       | 100,00 | 416.110                      | 100,00 | 6.357.443 |   |

$\chi^2 = 1.080.961,44$

$\chi^2_{0,01} = 23,21$  com 10 G.L.

Quadro 19 - Escolaridade.

|            | 1 ano   |        | 2 anos  |        | 3 anos  |        | 4 e 5 anos |        | 6 a 9 anos |        | 10 a 12 anos |        | 13 a 17 anos |        | Analfabetos e sem declaração |        | Total     |   |
|------------|---------|--------|---------|--------|---------|--------|------------|--------|------------|--------|--------------|--------|--------------|--------|------------------------------|--------|-----------|---|
|            | Nº      | %      | Nº      | %      | Nº      | %      | Nº         | %      | Nº         | %      | Nº           | %      | Nº           | %      | Nº                           | %      | Nº        | % |
| Primário   | 139.378 | 33,87  | 185.169 | 32,77  | 202.634 | 27,28  | 260.851    | 12,30  | 23.791     | 3,54   | 7.449        | 1,71   | 4.208        | 1,84   | 502.959                      | 42,57  | 1.326.439 |   |
| Secundário | 123.367 | 29,98  | 173.145 | 30,64  | 248.805 | 33,50  | 775.896    | 36,57  | 221.699    | 32,95  | 96.241       | 22,15  | 52.456       | 23,00  | 291.425                      | 24,71  | 1.983.034 |   |
| Terciário  | 148.781 | 36,15  | 206.742 | 36,54  | 291.369 | 39,22  | 1.084.864  | 51,13  | 427.400    | 63,51  | 330.830      | 76,14  | 171.433      | 75,16  | 386.551                      | 32,72  | 3.047.970 |   |
| Total      | 411.526 | 100,00 | 565.056 | 100,00 | 742.808 | 100,00 | 2.121.611  | 100,00 | 672.890    | 100,00 | 434.520      | 100,00 | 228.097      | 100,00 | 1.160.935                    | 100,00 | 6.357.443 |   |

$\chi^2 = 902.294,80$

$\chi^2_{0,01} = 29,14$  com 14 G.L.

Quadro 20 - Casas Particulares.

|        | (1)       |        | (2)       |        | (3)     |        | (4)   |           |
|--------|-----------|--------|-----------|--------|---------|--------|-------|-----------|
|        | Nº        | %      | Nº        | %      | Nº      | %      | Nº    | %         |
| Urbana | 1.722.782 | 88,44  | 1.081.914 | 94,68  | 266.542 | 40,22  | 1.916 | 3.073.154 |
| Rural  | 225.169   | 11,56  | 60.736    | 5,32   | 396.127 | 59,78  | -     | 682.032   |
| Total  | 1.947.951 | 100,00 | 1.142.650 | 100,00 | 662.669 | 100,00 | 1.916 | 3.755.186 |

$X^2 = 948.825,04$

$X^2_{0,01} = 9,21$  com 2 G.L.

Para efeito do cálculo do  $X^2$ , as colunas (3) e (4) foram agrupadas.



Quadro 22 ~ Rede de Esgoto.

|        | (1)       |        | (2)                        |            | (3)     |        | (4)         |           |
|--------|-----------|--------|----------------------------|------------|---------|--------|-------------|-----------|
|        | Nº        | %      | Fossa Rudimentare<br>Outro | Escoadouro | Nº      | %      | S/declaraç. | Total     |
| Urbana | 1.860.795 | 96,96  | 1.130.102                  | 76,68      | 81.937  | 22,64  | 320         | 3.073.154 |
| Rural  | 58.341    | 3,04   | 343.642                    | 23,32      | 280.049 | 77,36  | -           | 682.032   |
| Total  | 1.919.136 | 100,00 | 1.473.744                  | 100,00     | 361.986 | 100,00 | 320         | 3.755.186 |

$\chi^2 = 1.173.981,52$

$\chi^2_{0,01} = 9,21$  com 2 G.L.

Para efeito do  $\chi^2$ , as colunas (3) e (4) foram agrupadas.